

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Mercado Informal e Género: A importância das Rabidantes para o Desenvolvimento de Cabo Verde

Alicia Silvana Moreno Gonçalves

Mestrado em,
Estudos de Desenvolvimento

Orientadora:
Professora Doutora, Clara Carvalho,
Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE

Novembro, 2021

Mercado Informal e Género: A importância das Rabidantes para o Desenvolvimento de Cabo Verde

Alicia Silvana Moreno Gonçalves

Mestrado em,

Estudos De Desenvolvimento

Orientadora:

Professora Doutora, Clara Carvalho,
Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE

Novembro, 2021

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria Teresa.

Agradecimento

À minha mãe, pelo apoio e carinho ao longo do meu percurso académico.

Aos meus irmãos e a todo os meus familiares, pelo motivação e incentivo.

Aos meus amigos, pela força nos momentos mais desmotivantes desta jornada.

Ao meu tio, David, pelos deslocamentos à Cidade da Praia na tentativa de estabelecer contactos com organizações.

À Idalina, representante da OMCV pela disponibilidade de tempo para a entrevista, e pelas inúmeras informações transmitidas que foram indispensáveis nesta investigação.

À Júlia, pelo carinho e disponibilidade como informante, foi essencial ouvir relatos de quem pratica a rabidância.

À minha colega Sofia, pela amizade ao longo do mestrado, e pelo incentivo nas horas mais complicadas desta investigação.

Aos professores e funcionários do ISCTE, pela experiência académica que me proporcionaram aos longo destes dois anos.

À minha orientadora Profa. Dra. Clara Carvalho, pela disponibilidade em aceitar este desafio e por toda a sua ajuda.

E a todos que acreditaram e me deram energia para continuar esta investigação,

Obrigada!

Resumo

Cabo Verde, um pequeno país insular, tem revelado capacidades para agendar e elaborar políticas públicas capazes de fazer face aos problemas de desenvolvimento. Contudo, partilha semelhanças estruturais com os restantes países da África Subsariana. Entre estes destacam-se problemas sociais como o desemprego, a pobreza e as desigualdades de género. Esta investigação de carácter empírico pretende analisar o papel das mulheres no desenvolvimento regional, sob a perspetiva de conceitos como género, mercado informal e economia alternativa, com especial atenção a temas selecionados como economia social e economia solidária. Consequentemente, foi realizado um levantamento de fatores sociais que podem influenciar o padrão de financiamento dos mercados informais. O estudo de caso pretendeu compreender o papel que as empresárias informais, ou Rabidantes, desempenham tanto no apoio às suas famílias como no desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana. A análise e a pesquisa basearam-se em alguns dos aspetos fundamentais da realidade cabo-verdiana, nomeadamente: a exclusão social e a pobreza; a monoparentalidade e o abandono da família por parte dos homens; o acesso ao trabalho; o tipo de trabalho que é desempenhado; e as perspetivas pessoais. A pesquisa aponta que mulher cabo-verdiana encontra algumas barreiras na integração no mercado de trabalho e na sociedade em geral, surgindo a atividade informal de Rabidantes como sendo capaz de proporcionar uma nova forma de sustento e independência, além de proporcionar autoestima e a confiança.

Palavras-Chaves: Cabo Verde, Desenvolvimento, Mercado Informal, Mulheres

Abstract

Cape Verde, a small island state, has demonstrated the capacity to design effective public policies aimed at handling development. However, it shares structural problems similar to other Sub-Saharan African countries. Among these are social issues such as unemployment, poverty, and gender inequality. This empirical research aims at analyzing the role of women in regional development based in concepts such as informal trade, alternative economy (with particular attention to selected themes such as social economy and solidarity economy), and gender. A list of social factors that may influence the funding pattern of informal trade was established. This work aimed to understand the role that women acting as informal entrepreneurs, or Rabidantes, play in supporting their families and how they contribute to the transformation of the Cape Verdean society. Some of the fragilities of the Cape Verdean reality were considered, namely social exclusion and poverty, single parenthood and the abandonment of the family by men, difficulties of access to work and paid labor, and personal perspectives. The research points out that Cape Verdean women overpass some of the barriers to integration into the labor market and society in general by performing the informal activity of Rabidantes. This activity provides them a new form of livelihood and independence, combined with self-esteem and confidence.

Key-words: Cape Verde, Development, Informal Trade, Women

Índice

Agradecimento	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
Índice de Quadros	x
Índice das Figuras	x
Siglas	xi
Introdução	1
CAPÍTULO I.....	5
1. O Mercado Informal e o Empoderamento Feminino	5
1.1. A informalidade do mercado.....	6
1.2. Formalização do Mercado Informal?.....	10
1.3. Economia Social e Solidária	14
1.4. O combate à pobreza: Microcrédito?.....	17
1.5. Desigualdade de Género	19
1.5.1. Género.....	19
1.6. O empoderamento da mulher e o desenvolvimento no combate às desigualdades de género.....	21
CAPÍTULO II	27
2. Estudo de caso: A importância das Rabidantes para o desenvolvimento de Cabo Verde.....	27
2.1. Contextualização geopolítica e histórica de Cabo Verde	28
2.2. Desenvolvimento e crescimento económico do arquipélago.....	30
2.3. O mercado informal crioulo.....	33
2.4. A mulher cabo-verdiana.....	34
2.5. A luta em prol da igualdade de género: organizações e OMCV	38
2.6. O que se entende por “Rabidante”	39
2.7. Famílias chefiadas por mulheres e a questão da monoparentalidade.....	41
2.7.1. Relação familiar entre o homem e mulher	44

2.8. OMCV –Programa Microcrédito	45
2.9. A importância das mulheres empresárias do mercado informal para o desenvolvimento.....	46
2.10. Perspetivas e Testemunhos de quem pratica a Rabidância	47
2.11. Projeto online: a modernização do negócio de rabidância face às dificuldades da pandemia	49
3. Resultados do estudo de caso.....	51
3.1. O papel das Rabidantes para o desenvolvimento de Cabo Verde	51
Conclusões	53
Referências Bibliográficas	56
Anexo	64
Guião de Entrevista.....	65

Índice de Quadros

Quadro 1.1. Aspectos determinantes da delimitação do sector do mercado informal.....	8
Quadro 1.2. Estatísticas do Mercado de Trabalho de Cabo Verde.....	9
Quadro 1.3. Vantagens para a formalização dos empreendedores.	12
Quadro 2.1. Perfil de género em Cabo Verde.	38

Índice das Figuras

Figura 1. Distribuição percentual dos agregados familiares segundo o sexo por meio de residência. Cabo Verde, 2019..	42
--	----

Siglas

FMI	Fundo Monetário Internacional
ICIEG	Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género
IMC	Inquérito Multi-Objetivo Contínuo
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
MB	Banco Mundial
OIT	Organização Internacional de Trabalho
OMCV	Organização das Mulheres de Cabo Verde
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
UN-HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

Introdução

Muitos processos de desenvolvimento são acompanhados de desenvolvimento social, económico (melhoria na distribuição) e político (avanço da democracia). Porém, é importante salientar que o desenvolvimento não deve ser apenas acumulação de riqueza e soberania. Este deveria induzir a erradicação à pobreza, assegurar o bem-estar e as condições básicas, como o acesso à saúde, à educação e ao trabalho, e permitir liberdade de escolhas e igualdade de oportunidades para todos.

De uma reflexão sobre o desenvolvimento e o mercado informal de Cabo-Verde nasceu as seguintes questões: Qual é o papel dos comerciantes informais (Rabidantes) para o desenvolvimento de Cabo Verde? Porque é que a grande maioria dos comerciantes informais em Cabo Verde são mulheres?

O objetivo deste estudo passa por procurar compreender a função das Rabidantes, comerciantes informais cabo-verdianas, com a preocupação de contextualizar o seu comportamento social e económico enquanto agente do mercado informal, questionando a sua importância na sociedade, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento.

A curiosidade pela África Subsariana, ocorreu durante o 1º ano de estudos do Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, com a disciplina optativa “Cooperação Internacional em África”, na qual discutiu-se o contributo da diáspora cabo-verdiana para o desenvolvimento de Cabo Verde. No último ano do mestrado, ocorre outro interesse temático, neste caso, desigualdades de género durante as aulas da unidade curricular “Organizações Internacionais, Ongs e Movimentos Sociais”. Esta união de temas, juntamente com conhecimentos prévios acerca das Rabidantes e da realidade cabo-verdiana, foi possível encontrar uma conexão e uma pergunta de investigação.

Este trabalho é o resultado da necessidade e do interesse em conhecer melhor as dinâmicas de mercado informal em Cabo-Verde, aliado à questão de género, que incluem os assuntos de desigualdades de género e empoderamento da mulher como frutos do desenvolvimento.

A importância do mercado informal no desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana, de uma forma generalizada decorre da necessidade de autonomia e liberdade financeira. É uma alternativa ao mercado formal, onde ocorrem barreiras à entrada, nomeadamente a mulheres. O setor do mercado informal, aliado ao sistema de microcrédito como um negócio do ramo da economia social e solidária, tem servido de via ao combate à pobreza, ao desemprego e à exclusão social.

Outra dimensão deste estudo é sobre a importância da desigualdade de género no surgimento dos mercados informais. A abordagem ao conceito de género, no decurso deste estudo, não se alonga sobre as inúmeras teorias de género, mas sim sobre o posicionamento efetuado por algumas organizações e autores nomeadamente em temas como desigualdades sociais entre o homem e a mulher, empoderamento da mulher e o desenvolvimento. O género, que nos últimos anos tem sido alvo de diversas discussões, advém de uma construção social e cultural que parte do princípio da diferenciação social pela via biológica da mulher e do homem. Na mesma linha, as desigualdades de género têm também integrado um campo alargado de discussão e de ação, tanto a nível político como da sociedade civil. Estas serão aqui abordadas tendo como estudo de caso a mulher cabo-verdiana, o seu papel enquanto rabidante no mercado informal e, conseqüentemente, no desenvolvimento do arquipélago.

Esta investigação é também reforçada pelo facto de Cabo Verde, em virtude das suas condições geográficas e climatéricas, ser um país de poucos recursos naturais e com uma economia pouco industrializada. Neste cenário acresce o interesse sobre as dinâmicas do mercado informal, como complemento ao limitado mercado formal.

De carácter empírico, este trabalho baseia-se na metodologia qualitativa, através do método do estudo de caso, realizado a partir da técnica de entrevista como método para a recolha de dados. O estudo de caso foi desenvolvido com a colaboração da Organização feminina cabo-verdiana e outros intervenientes ao mostrar a coerência por detrás do objeto, bem como o conjunto de procedimentos para a organização da investigação. Neste sentido, para atingir o objetivo e comprovar ou não as suposições e/ou afirmações, procurou-se relacionar um conjunto de dados, de forma não exaustiva ou complexa, sobre o mercado informal, a economia alternativa e o género.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, com destaque para o livro de Marzia Grassi, *Rabidantes: Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde* (2003), o qual serviu como suporte teórico e fonte de inspiração para começar a minha jornada. Este exercício possibilitou também a leitura de algumas problemáticas e a construção de hipóteses sobre a atuação das Rabidantes no mercado informal em Cabo Verde.

De seguida procedeu-se a uma pesquisa documental com enfoque qualitativo e quantitativo. Este trabalho foi desenvolvido a partir da interface entre diversas disciplinas no âmbito das ciências humanas, em especial a antropologia, a economia, sociologia e a história acerca dos temas específicos. Para esta pesquisa foi feita a leitura de relatórios, artigos e notícias de grandes organizações internacionais, bem como de autores especializados.

Em relação ao estudo de caso, primeiro foi efetuada a contextualização geográfica, política e histórica de Cabo Verde, através de bibliografia de referência específica, dados oficiais, legislação e notícias. Foram indispensáveis os dados recolhidos através do portal do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Cabo Verde relativos à população, à economia, ao mercado de trabalho e ao género.

Devido à pandemia e ao distanciamento entre Cabo Verde e Portugal, a comunicação com as várias organizações femininas pretendidas teve sérios constrangimentos. Das 4 organizações pretendidas a entrevistar, só foi possível manter contacto com apenas uma. O que impossibilitou a obtenção de diferentes perspetivas sobre a realidade das mulheres, da sociedade cabo-verdiana, das monoparentalidade, do mercado de trabalho, das práticas de ravidância etc.

Foi conseguida uma entrevista por videochamada aos responsáveis da Organização das Mulheres de Cabo Verde - OMCV. O contacto com a organização envolvida na temática foi benéfico devido às histórias partilhadas pela representante, sobre os objetivos, conquistas, dificuldades, perspetivas, missões, projetos novos da OMCV. Foi ainda uma ferramenta útil e imprescindível, por terem sido dados vários contributos relacionados com o estudo de caso, tais como orientação bibliográfica, relatos de casos e acontecimentos da realidade feminina e informal cabo-verdiana. A entrevista consistiu numa conversa informal com a duração de aproximadamente duas horas, com 24 questões previamente preparadas e distribuídas pelos seguintes temas: a história da organização, a mulher cabo-verdiana, a mulher e o comércio informal e o programa de microcrédito. No decorrer da pesquisa, foi possível perceber que esta é uma questão que começa a despertar interesse e a ser debatida em Cabo Verde.

Num último momento, recolheu-se o relato de uma Rabidante, que conhece e pertence ao meio sob estudo. Foi uma conversa presencial, descontraída, com a duração de uma hora, sem constrangimentos, na qual as questões foram surgindo naturalmente.

A dissertação é constituída pelos seguintes capítulos:

O primeiro capítulo analisa o conceito de economia informal e importância desta para a sociedade civil; a questão da transição para o mercado informal; os conceitos de economia social e economia solidária; introduz a discussão sobre o financiamento alternativo, o microcrédito; o conceito de género, o empoderamento feminino e o seu contributo para o desenvolvimento.

O segundo capítulo é dedicado ao estudo de caso, começando pela contextualização geopolítica e histórica do desenvolvimento e crescimento económico do país, seguindo-se a análise do mercado da informalidade crioula, da mulher cabo-verdiana e da luta em prol da igualdade de género. Neste capítulo encontra-se a definição de Rabidantes, analisa-se a relação familiar entre o homem e a mulher e o acesso ao programa de microcrédito desenvolvido pela OMCV. Discute-se a importância das mulheres empresárias do mercado informal para o desenvolvimento e dá-se a conhecer a perspetiva e o testemunho de quem pratica a Rabidância. Dá-se nota de um novo projeto online, como medida de mitigação dos efeitos da pandemia de Sars-Cov-2 e de modernização da função da Rabidante. Na parte final do capítulo encontra-se a discussão dos resultados alcançados. Finalmente, apresentam-se as conclusões do trabalho

CAPÍTULO I

1. O Mercado Informal e o Empoderamento Feminino

1.1. A informalidade do mercado

Neste capítulo, aborda-se o assunto género como uma forma de análise socioeconómica do mercado informal. É uma forma de instrumento para questionar as dinâmicas socialmente construídas que veiculam as diferenças entre homens e mulheres, na distribuição dos rendimentos e no acesso aos recursos (Grassi, 2003: 80).

As diferentes épocas são marcadas por crises sociais e económicas. O modelo de produção vigente ainda não conseguiu dar provas de ser capaz de solucionar flagelos sociais e disparidades económicas. Por esses motivos, assiste-se à ascensão da economia alternativa, com conceitos como a economia informal, economia social e economia solidária. Alerta-se o leitor, que a economia informal é conhecida também pelos termos mercado informal e comércio informal. Neste trabalho é empregue o termo mercado informal.

Segundo os dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima-se que mais da metade da força de trabalho mundial se encontra no mercado informal (OIT, 2019: 4). Embora exista uma grande diversidade de situações, o mercado informal é normalmente caracterizado pela negação de direitos no trabalho, insuficientes condições de trabalho, proteção social desadequada, diálogo social limitado e baixa produtividade (OIT, 2006: 17). Em termos gerais, são atividades económicas à margem da economia regulada e do sistema tributário¹. E por esse especto, torna-se uma realidade difícil de mensurar. A comparação do conceito de mercado informal num contexto internacional é problemática. Isto é, uma vez que os critérios de verificação da informalidade adotados em cada país são diferentes e precisam ser pensados na sua especificidade, pois incorpora uma multiplicidade de práticas comerciais relativamente ao financiamento, espaço e perfil dos trabalhadores, o que torna difícil pensar em uma definição específica (Silva, 2020: 108-119).

O quadro 1.1., resume os aspetos determinantes da delimitação do sector informal nomeadamente o tipo de unidades económicas, a sua função principal, o processo de produção e o tipo de atividades (Santos, INE, n.d.).

¹Naturalmente que não estão aqui compreendidas atividades ilícitas como tráfico de drogas, mercado da prostituição e venda de armamentos ilegais.

Quadro 1.1. Aspetos determinantes da delimitação do sector do mercado informal.

	Formal	Informal
Universo	Unidades económicas registadas	Unidades económicas não registadas
Tipo de unidades económicas	Empresas que enquanto entidades com personalidade jurídica constituem centros de decisão com autonomia para afetar recursos	Microempresas, assentando numa base familiar e sem personalidade jurídica
Função principal	Produção para o mercado	Produção para autoconsumo, produção artesanal para o mercado, autoemprego
Processo de produção	Utilização de uma combinação de fatores de produção (trabalho, terra e capital) adquiridos no mercado	Utilização fundamental do fator trabalho do proprietário ou familiares e ocasionalmente ou a título acessório emprego assalariado
Atividades	Atividades tradicionais e modernas	Atividades tradicionais

Fonte: INE – Portugal

As unidades de produção do sector informal têm os traços característicos das empresas individuais ou familiares e abrange trabalhadores por conta própria. Pessoas que trabalham em vários setores, de forma intermitente, como vendedores de rua, e até pessoas qualificadas (Pastore, 2000). Estes agentes informais incorporam uma variedade de práticas que estão organizados em grandes redes de comércio transnacionais e transatlânticos (Silva, 2020: 111). Os proprietários informais têm de promover os financiamentos necessários por sua conta. São pessoalmente responsáveis pelos possíveis riscos, sem quaisquer limitações, por todas as dívidas ou obrigações que surjam no processo produtivo. Da mesma forma, os bens de equipamento, tais como edifícios ou veículos, podem ser utilizados indistintamente na atividade da empresa ou pelo agregado familiar (OIT, 2006: 25).

No quadro 1.2. encontram-se as orientações dadas pela OIT que diferenciam o mercado informal do mercado formal. As atividades realizadas pelas unidades de produção do sector informal não são necessariamente realizadas com a intenção deliberada de evasão fiscal e de não pagamento das contribuições à segurança social, ou de infração à legislação laboral, outra legislação ou outras disposições administrativas (OIT, 2006: 25). Uma nota importante, o conceito de emprego informal refere-se às particularidades da atividade exercida pelo indivíduo ou da empresa na qual ele a exerce, e não é normalmente englobada pela definição de população ativa² (INE, 2020).

Quadro 1.2. Estatísticas do Mercado de Trabalho segundo os critérios da OIT. Dados retirados do relatório INE de Cabo Verde, 2020.

Formal	Informal
Administração Pública	Trabalhadores familiares sem remuneração
Sector Empresarial do Estado	Empregadores e trabalhadores por conta própria no sector informal
Trabalhadores por conta própria e empregadores quando a empresa em que trabalham possui um NIF e apresenta contas às Finanças	Empregados por conta de outrem que não beneficiam de INPS ³ ou de férias anuais e dias de descanso por motivos de doença pagos
Por conta de outrem quando as empresas pagam INPS aos trabalhadores	

Fonte: INE - Cabo Verde

Segundo a OIT (Lisboa)⁴ a informalidade tem impacto negativo sobre as receitas públicas, bem como no âmbito de atuação dos governos ao nível das políticas económicas, sociais e

² População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada). Fonte: INE Portugal

³ O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)

⁴ Fonte: OIT (Lisboa) https://www.ilo.org/lisbon/temas/WCMS_650801/lang--pt/index.htm

ambientais, gerando também situações de concorrência desleal nos mercados nacionais e internacionais. A organização explica que informalidade resulta de múltiplas causas socioeconómica, sendo que a maioria das pessoas entram no mercado informal não por opção própria, mas sim em consequência de uma falta de oportunidades na economia formal e ausência de outros meios de subsistência. A pobreza é a principal causa de entrada no mercado informal (Karkare et al., 2021: 3). Por um lado, devido ao seu impacto na exclusão social dos indivíduos, que os leva a serem excluídos da maioria dos empregos formais por parte dos empregadores (OIT, 2006: 9).

Por outro, os rendimentos baixos e irregulares, e frequentemente a ausência de políticas públicas, impedem o indivíduo de investir na sua educação e adquirir as qualificações que lhe permitiriam melhorar a sua empregabilidade e a sua produtividade (ILO, 2018: 20). Para além da pobreza, e dos seus efeitos na escolaridade, a ausência de atividades remuneradas no meio rural obriga as populações a migrar para a cidade ou para o estrangeiro, onde muitos integram também a economia informal (Bonnet, Vanek & Chen, 2019: 13). Isto decorre devido à sua condição de exclusão, falta de competências procuradas nos mercados formais, baixa escolaridade e procura de um segundo rendimento (devido aos baixos rendimentos que conseguem no mercado formal). Neste contexto, as mulheres, os migrantes, os jovens, os idosos e outros grupos vulneráveis de trabalhadores/as encontram-se desproporcionalmente representados na informalidade (Bonnet, Vanek & Chen, 2019: 15-18).

As mulheres por norma conciliam múltiplas responsabilidades como garantir a subsistência da família, tratar das tarefas domésticas e cuidar dos idosos e das crianças; além disso, vêm-se confrontadas com uma discriminação em matéria de acesso à educação, à formação e ao mercado de trabalho, bem como a outros recursos económicos. Arriscam-se, assim, mais do que os homens, a ter de optar pela economia informal (ILO, 2018: 57).

A economia informal é altamente heterogénea, mas também altamente estratificada (Kabeer, 2012: 17). Isto é, os empregadores informais ocupam o topo da hierarquia informal, seguido de empregados informais, trabalhadores por conta própria e trabalhadores ocasionais, e trabalhadores domésticos no fundo. Para Kabeer (2012) existe uma disparidade entre a qualidade dos empregos relativa ao género - com os homens a dominarem a parte superior escalões da hierarquia e mulheres mais representadas nos escalões inferiores – bem como associada a outros marcadores de desigualdade social – casta, etnia, raça e estatuto legal.

1.2. Formalização do Mercado Informal?

Parte do mercado informal é composto por empreendedores. A cultura de empreender tem como objetivo buscar novas alternativas e inovações que deem acesso a oportunidades. A decisão do indivíduo de formalizar o seu negócio é pessoal. Tanto a figura do empreendedor formal quanto a do informal possuem características de inovação, porém são diversos os fatores que separam os empresários que decidem pela formalização, daqueles que optam pela permanência na atividade informal (Silva et al, 2020: 76).

Diversos estudos acadêmicos (Siqueira, Rocha & Telles, 2016) relacionam as dificuldades na transição dos mercados aos seguintes fatores:

- os altos custos com a cobrança de impostos
- burocracia no ato de formalizar
- altos custos com a abertura do negócio
- falta de conhecimento do processo de formalização
- Falta de conhecimento para administrar um negócio formal

Dentro das causas para a permanência na informalidade (Siqueira, Rocha & Telles, 2016), que são classificadas como vantagens para os empreendedores informais, destacam-se:

- Preços diferenciados que podem atrair o consumidor para o produto informal;
- Fiscalização fraca por parte do governo;
- Não pagamento de impostos, custos relacionados com o trabalho e outras regulações;
- Flexibilidade da localização de comercialização
- Autonomia para criar
- Rendimentos rápidos e imediatos

Em contrapartida, apresentam-se as desvantagens ao empreendedor em manter-se informal, como, pagamento de multas; punições pela violação das leis; não acesso a linhas de crédito destinadas às empresas; inexistência de proteção social em situações de doença e desemprego; e a inexistência de plano de reforma (Silva et al, 2020: 85-87). O quadro 1.3. mostra as principais vantagens identificadas pelos empreendedores aquando da formalização do negócio através da pesquisa da SPC Brasil-Mercado Informal realizada em 2013 a partir de uma amostra de 612 casos.

Quadro 1. 3. Vantagens para a formalização dos empreendedores

Vantagens para a formalização
Acesso ao crédito formal
Segurança para divulgar a empresa no mercado
Não correr o risco de apreensão da mercadoria
Ampliar as formas de pagamento aos fornecedores
Ampliar a forma de pagamento dos clientes
Cumprir com os encargos tributários
Poder participar de associações/sindicatos
Cumprir encargos tributários

Fonte: Pesquisa sobre o mercado informal, de acordo com o Serviço de Prestação de Crédito (SPC) – Brasil. Disponível em: <https://silo.tips/download/mercado-informal-varejistas-junho-2013>.

No que diz respeito a trabalhadores por conta de outrem, a formalidade do negócio no qual estes se inserem pouco depende da sua iniciativa ou vontade. Estes apenas têm o poder de decisão de aceitar ou não o trabalho na informalidade, sendo que é uma decisão muito condicionada pelas suas circunstâncias de vida, nomeadamente as barreiras que encontra no mercado formal e a necessidade que tem de outras fontes de rendimento (Silva et al, 2020: 77).

Para estes, também se aplica parte das vantagens dos empreendedores⁵ em ter um trabalho no mercado formal, nomeadamente estar coberto pelo regime do direito de trabalho estabelecido, tendo normalmente acesso a licenças e subsídios como em caso de maternidade e férias. A sua desvantagem é que o seu rendimento líquido será, para o mesmo trabalho e rendimento brutos, bastante inferior devido às contribuições sociais obrigatórias.

⁵ Fonte IEFPP <https://www.iefp.pt/empreendedorismo>

As políticas públicas podem acelerar o processo de transição para a economia formal. Nesse sentido, a OIT fez uma recomendação (nº204) sobre a “Transição da Economia Informal para a Formal” que foi adotada na Conferência Internacional do Trabalho, em sua centésima quarta sessão em Genebra, 2015. Foi um passo histórico no mundo do trabalho, já que se trata da primeira norma internacional especificamente dirigida à economia informal, aprovada com grande apoio (ILO, 2016). Esta nova Recomendação⁶ fornece estratégias e orientações práticas sobre as políticas e medidas que podem facilitar a transição da economia informal para a formal com vista à criação de emprego digno e de empresas sustentáveis (ILO, 2016). O relatório fornece, orientações para aos membros prosseguirem um triplo objetivo como: facilitar a transição dos trabalhadores e unidades económicas da economia informal para a economia formal, respeitando simultaneamente os direitos fundamentais dos trabalhadores e garantindo oportunidades de segurança de rendimento, subsistência e empreendedorismo; promover a criação, preservação e sustentabilidade de empresas e empregos decentes na economia formal e a coerência das políticas macroeconómicas, de emprego, de proteção social e outras políticas sociais; impedir a criação de empregos informais no mercado formal.

A estratégia do plano é articulada em torno de quatro componentes inter-relacionados, nomeadamente (ILO, 2016: 3):

- (1) uma campanha promocional de sensibilização e advocacia;
- (2) desenvolvimento de capacidades dos constituintes tripartidos;
- (3) desenvolvimento e divulgação de conhecimentos;
- (4) cooperação e parcerias internacionais.

As orientações passam pelo acompanhamento de uma nova investigação direcionada para as políticas e o desenvolvimento de ferramentas em quatro vertentes de trabalho: a) concentração na transição para a economia formal em áreas políticas fundamentais ou para grupos-alvo específicos abrangidos pela recomendação relativa à transição da economia informal para a economia formal; b) análise de combinações e interações políticas, bem como de mecanismos institucionais que tenham um impacto global positivo na formalização da economia; c) recolha de dados e monitorização; d) avaliação do impacto.

⁶ A Recomendação No. 204 foi adotada no mesmo ano que a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030. A Recomendação fornece um poderoso instrumento político para o cumprimento da Agenda, nomeadamente o objetivo 8 de desenvolvimento sustentável.

Em todas as correntes, será dada ênfase a estratégias inovadoras, será realizada uma análise sensível ao género e será dada a devida atenção à proposta de uma gama de opções que possam ser adaptadas à diversidade de circunstâncias dos países. Vários materiais e meios de promoção, bem como serviços de advocacia, para audiências distintas serão desenvolvidos em diferentes línguas e formatos, divulgados através das redes relevantes bem como através das instituições nacionais e internacionais envolvidas na transição para a economia formal (ILO, 2016: 3).

Na Alínea 25 do relatório Recomendação nº204 (OIT, 2016: 10) no que diz respeito à formalização de micro e pequenas empresas, os Membros deverão:

a) empreender reformas relativas à criação de empresas, reduzindo os custos de registo ou a morosidade do processo e melhorar o acesso aos serviços, por exemplo através das tecnologias de informação e comunicação;

b) reduzir os custos de conformidade, introduzindo regimes simplificados de cálculo e pagamento de contribuições e impostos;

c) promover o acesso de micro e pequenas empresas à licitação pública, em conformidade com a legislação nacional, incluindo a legislação do trabalho, através de determinadas medidas, tais como, adaptação dos procedimentos e dos volumes contratuais, provisão de treinamento e aconselhamento sobre a participação em licitações públicas, bem como a criação de reserva de quotas para estas empresas;

d) melhorar o acesso a serviços financeiros inclusivos, designadamente serviços de crédito e mercado de ações, serviços de pagamento, poupança e de seguros e regimes de garantias, adaptados à dimensão e às necessidades destas empresas;

e) melhorar o acesso à formação em empreendedorismo e aos serviços de desenvolvimento empresarial personalizados;

f) melhorar o acesso à cobertura da segurança social.

No entanto, a relação informal-formal pode ajudar a problematizar outras formas alternativas futuras de economia, de Estado e de organização social. Deve ser analisada como fator de desenvolvimento económico, já que à medida que estes pequenos empresários vão conseguindo aumentar os seus negócios, a tendência é a de se aproximarem das práticas das atividades formais (Guedes & Amaro, 2014: 172). Assim sendo, Guedes e Amaro (2014) defendem a ideia de os governos promoverem uma abordagem mais proactiva e de maior proximidade juntos destas atividades, criando regulação de acordo com as suas necessidades e

incentivando a aproximação à economia formal não sendo, necessariamente, esta uma obrigação ou solução para todas as situações de informalidade.

1.3. Economia Social e Solidária

Um dos maiores problemas dos países em desenvolvimento é a distribuição dos recursos, pelo que os mais desfavorecidos procuram criar esquemas, instituições e intermediários financeiros fora do setor formal para obterem rendimentos e assegurarem a sua sobrevivência (Ducados, 1998).

A economia social e solidária é uma alternativa de modelo de desenvolvimento económico que permite dar respostas aos problemas sociais que culminam no mercado informal. É também no contexto do mercado informal que a economia social e solidária podem constituir um polo de resistência e transformação, inscrevendo-se num projeto de civilização e de aprofundamento da democracia (Silva, 2014: 40). Caracterizam-se como uma forma de produção pautada pela igualdade de direitos, e pela gestão de empreendimentos efetuada pelos próprios trabalhadores, agregando um conjunto de práticas que contribuem para uma sociedade mais democrática e igualitária (Laville, 2001: 58). É importante compreender que apesar de que os conceitos economia social e economia solidaria estarem conectados e serem muito semelhantes, eles distanciam-se por mudanças paradigmáticas, sociais e políticas, com finalidades ou atividades distintas, e discutem a hegemonia com duas visões distintas ligadas a duas leituras diferentes da realidade social (Namorado, 2017: 10).

Pode-se dizer que a economia social é uma expressão que designa um espaço socioeconómico. Um espaço que é primordialmente um conjunto de organizações constituídas por entidades cooperativas, ou mutualistas, ou solidárias, ou associativas, mas que abrange também um leque de práticas que o integram apenas em função da sua própria natureza (Namorado, 2017: 21). O conceito, nasceu na Europa, mais propriamente no século XVIII como resultado do elevado nível de pobreza com que parte da população se deparava como consequência da excessiva exploração do trabalho (Vicente, 2016: 18). No início do século XX, o modelo do crescimento europeu vigente entre 1945 e 1975, promovido pelas atividades do setor capitalista privado tradicional e do setor público, revelou a necessidade do Estado de Providência, que pretendia dar resposta às falhas existentes no sistema social (Laville, 2001 :68). A constituição do “Estado de Providencia” consubstanciou-se na criação de um conjunto de políticas com o objetivo de corrigir as lacunas existentes no sistema social, nomeadamente a redistribuição de rendimento e alocação de recursos (Vicente, 2016: 19). Foi definida pela

Comissão da Comunidade Europeia na Comunicação ao Conselho de 18 de dezembro de 1989 da seguinte forma: “uma empresa pertence à Economia Social se a sua atividade produtiva se basear em técnicas de organização assentes nos princípios de solidariedade e participação entre membros, sejam produtores, utilizadores ou consumidores, e nos valores de autonomia e cidadania. Em geral, estas empresas adotam a forma jurídica de cooperativa, mutualidade ou associação.” (Almeida, 2013: 21).

Segundo as definições pesquisa internacional liderado pela *Johns Hopkins University* acerca deste assunto (Almeida, 2013: 24) as organizações de Economia Social definem-se da seguinte forma:

- São organizadas, ou seja, têm uma estrutura institucional;
- São privadas, são institucionalmente separadas do governo, embora possam receber financiamento do sector público e, até, ter funcionários públicos nas suas estruturas diretivas;
- São autónomas, têm capacidade para eleger e destituir os seus órgãos dirigentes e para controlar as suas atividades, ou seja, têm as suas próprias ferramentas de governação;
- Não são distribuidoras de lucro, o que implica que os lucros gerados pelas organizações sem fins lucrativos destinam-se totalmente a favor da própria instituição, isto é, os valores só podem ser reinvestidos nos seus objetivos e princípios, não podendo haver distribuição nem pelos membros, nem pelos seus órgãos dirigentes;
- São voluntárias, ou seja, a filiação não é obrigatória e as organizações deverão contar com a participação de voluntários nas suas atividades operacionais ou de gestão.

Ainda durante o século XX, a economia social começou a mostrar sinais de fraqueza (Laville, 2001: 78). Por um lado, o movimento operário perdeu aos poucos o seu entusiasmo mobilizador. A sua conduta foi afetada pelo avanço inevitável das relações capitalistas, ao sofrer um processo de assimilação no regime dual Estado-mercado. À medida que o mercado e o Estado foram assumindo suas funções de geração de riqueza e de assistência social, a solidariedade de tipo associativo recuou para um papel subsidiário (Gaiger, 2009: 83). A economia social, centrando-se sobre o aspeto organizacional, não foi capaz de contrariar o sistema institucional criado pela divisão e complementaridade entre mercado e Estado social.

Centralizada no sucesso económico das empresas que a compõem, a economia social deixou de lado as mediações políticas, deixando de promover a democracia, tanto no seu funcionamento interno como na sua expressão externa (Silva, 2014: 37).

A economia solidária ganhou um impulso com uma serie de acontecimentos sociais que marcaram a América Latina nos 80, trouxeram ao debate público as noções de utilidade social e de interesse coletivo e a convicção da necessidade de mudança nas relações entre a economia e a sociedade (Laville, 2009: 11- 40). Segundo Laville (2009), é nessas noções que a economia solidária se distingue de economia social. De acordo com o Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), o objetivo da economia solidária passa por criar atividades económicas sustentáveis, geridas na base da cooperação entre os seus trabalhadores, numa perspetiva de desenvolvimento local e de construção de outras relações sociais, emancipadoras e equitativas. A economia solidária tem uma visão mais ampla e abrangente e vai para além da questão económica, pois integra pilares como a educação, a cultura, a democracia e o ambiente no interior da sociedade (Amaro, 2009: 23). Por definição, tem a pretensão de diminuir a desigualdade na sociedade, logo é uma forma de economia colaborativa ao invés de competitiva (Laville, 2001: 59). Só pode ser concretizada se houver plena igualdade entre todos que se unem para produzir, consumir, comerciar ou trocar. Não existe competição entre os sócios, caso a cooperativa precise de diretores, estes são votados diretamente e se a cooperativa conseguir acumular capital, a divisão do lucro é igual entre todos os participantes (Silva, 2014: 12). Porém, mesmo com a igualdade entre os participantes e cooperação entre as cooperativas, é inevitável que uma tenha o desempenho melhor que a outra, por isso, de tempos em tempos, deve acontecer uma nova equiparação entre elas por meio de incentivos do governo ou linha de crédito. Por fim, as decisões importantes são tomadas em assembleias pelos sócios, utilizando o princípio que “cada cabeça é um voto” não importando o cargo ou posição que o sócio ocupa na organização (Silva, 2014: 39). Laville (2009) diz que do ponto de vista teórico, economia social e a economia solidária não se devem confundir; no entanto, entende que os dois conceitos são articuláveis, e é importante que exista uma aliança entre ambos. E é com base nestes dois conceitos que iniciativas como microcrédito e microfinanças surgem como forma de financiamento alternativo, numa tentativa de dar resposta à exclusão bancária de atividades da economia social e solidária, bem como de pequenos empresários e empreendedores pobres.

1.4. O combate à pobreza: Microcrédito?

Acompanhando o crescimento e a afirmação da economia informal, os instrumentos do sistema financeiro alternativo têm ganho lugar de destaque no domínio económico e financeiro atual. Diz-se financiamentos alternativo, quando estes não vão de encontro ao financiamento tradicional, isto é, sempre que não se enquadram nos pressupostos da economia de mercado. E neste contexto só as instituições de Economia Social e Solidária estão capacitadas para promover o sistema financeiro alternativo. Por serem as únicas que os integram e compreendem, efetivamente, no exercício da sua atividade (Guedes & Amaro, 2014: 173).

A população pobre não tem um acesso fácil ao crédito formal. Estes obstáculos são: custos de transação bastante elevados que os bancos enfrentam ao emprestar em pequenas escalas; assimetrias de informação; dificuldade em conseguir pagar os custos totais do processo de empréstimo; dificuldades em criar poupanças para continuar com a sua atividade; dificuldade em prestar garantias que criem pressão no mutuário para pagar o empréstimo (Rodrigues, 2016: 10). Procuram-se, então, vias de um financiamento popular para encontrar soluções para a exclusão bancária, da qual são vítimas numerosos empresários. Nascem assim os sistemas microcrédito e microfinanças como respostas. São frutos de um pensamento económico social e solidário contra a marginalização crescente dos pequenos produtores. O termo microcrédito é considerado um apoio financeiro a nível mundial que tem como objetivo promover a criação de micro ou pequenos negócio, podendo ser utilizado para outros objetivos e noutros contextos. É utilizada a expressão "micro" pois consiste em pequenos empréstimos de valor reduzido, para pessoas que não conseguem obter crédito no sistema bancário tradicional. De acordo com Laville (2009), o seu sucesso rápido faz dele um instrumento simples que é apresentado como solução para as categorias sociais desfavorecidas.

É importante mencionar que apesar dos dois mecanismos serem utilizados como sinónimos, no entanto, apresentam diferenças significativas (Rodrigues, 2016: 9). Os programas de microcrédito fornecem essencialmente um tipo de serviço: o de distribuição e cobrança de empréstimos, encarregando-se das atividades organizacionais e financeiras associadas com essas operações. Os programas de microfinanças, por sua vez, fornecem uma grande variedade de serviços financeiros e organizacionais, que incluem crédito, poupanças, desenvolvimento comunitário e seguros (Rodrigues, 2016). O crédito proporcionou, com grande sucesso, o desenvolvimento de projetos de pequenas empresas e "auto-emprego" informais, proporcionando às pessoas que tiveram acesso ao crédito a hipótese de produzir renda e, em muitos casos, permitiu aos beneficiários melhorar sua condição de vida e sair da condição de

pobreza. Desta forma, os promotores e as microempresas acedem a empréstimos sem que lhes sejam exigidas garantias pessoais, aplicações financeiras, hipotecas, penhores, fiadores ou quaisquer outras formas de cobrir o risco da operação pela banca (Yunus, Moingeon & Ortega, 2010).

O financiamento baseado no sistema de microcrédito ocorre no século XIX, quando na Europa começaram a surgir cooperativas de crédito com o intuito de permitir que populações de baixo rendimento fossem capazes de realizar poupança e, dessa forma, conseguir acesso ao crédito (Vicente, 2016: 23). Contudo, este termo ganhou reconhecimento global, no ano de 1976, graças a Muhammad Yunus conhecido como o pai do microcrédito, após uma primeira experiência bem-sucedida no país de origem Bangladesh (Yunus et al, 2010).

Yunus, é defensor da ideia de que todos merecem ter as mesmas oportunidades e que qualquer pessoa é dotada de um espírito empreendedor. Este banqueiro emprestou do seu dinheiro a quantia de 27 dólares para libertar 42 famílias das mãos de agiotas⁷, que cobravam 10% de juros por dia e que mantinham um monopólio de ficar com a produção dos clientes (Yunus et al, 2010). Esta ajuda foi multiplicada pelas várias aldeias e o seu sucesso conduziu à criação de um banco, totalmente vocacionado para clientes pobres ou com fracos recursos económicos. O autor explica que desta forma, os pobres que, no passado eram vistos como vítimas, dependentes de ajuda solidária e filantrópica, podem tornar-se agentes de desenvolvimento, direcionar as suas capacidades, talentos, bens e redes sociais para oportunidades de mercado (Vicente, 2016: 30).

O princípio da solidariedade que está primeiramente incutido na caracterização dos sistemas de microfinanças e microcrédito são muito utilizados pelas Organizações Não Governamentais (ONG) para elaborarem apoios para a criação de atividades nos países em desenvolvimento (Laville, 2009: 31). As características dos clientes destes microcréditos divergem de província para província, mas de uma forma geral pode-se afirmar que os principais beneficiários são mulheres, pequenas vendedoras dos mercados urbanos, que comercializam diferentes mercadorias. Há preferência por empréstimos para atividades que gerem rapidamente receitas e que requerem montantes mais baixos, garantindo uma circulação de capital mais rápida que as outras atividades. (Guedes & Amaro, 2014: 181).

⁷ Pessoa que empresta dinheiro com juros excessivos.

1.5. Desigualdade de Género

“O género é uma categoria analítica que serve como suporte teórico para desconstruir desigualdades que nele se originam e que mudam no tempo conforme os contextos socioeconómicos e culturais”.

Marzia Grassi, (2003:255).

1.5.1. Género

Para este estudo é importante fazer uma breve contextualização da problemática género que está relacionado com os agentes informais.

Primeiramente, importa diferenciar o sexo do género. O sexo refere-se às características biológicas de homens e mulheres, ou seja, às características específicas dos aparelhos reprodutores femininos e masculinos, ao seu funcionamento e aos caracteres sexuais secundários (Pereira, 2019: 13).

O conceito de género é criado na academia norte-americana, onde a categoria "gender" serve para falar das "origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres" (Grassi, 1998: 4). Para Joan Scott (1995), género pode ser entendido como um elemento constitutivo das relações sociais, baseados nas diferenças percebidas entre os sexos e, também, como uma forma de significar relações de poder. De acordo com as afirmações de Louise Tilly (1994), ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são mais que uma categoria biológica; elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; as suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder (Tilly, 1994: 31).

No entanto, género não deve ser entendido como sinónimo de mulher, pois tanto homens quanto mulheres possuem género, dessa forma os assuntos de género devem estar relacionados com a construção social das relações entre homens e mulheres (Grassi, 2003: 88). As relações de género são produto de um processo de socialização iniciado nascimento e que continua ao longo de toda a vida. Este processo reforça a desigualdade existente entre homens e mulheres, principalmente em torno eixos: a sexualidade, a reprodução, a divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania (Cabral & Diaz, 1998: 3). O papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo. Esse papel começa a ser

construído desde que o bebê está na barriga da mãe, quando a família, consoante as expectativas começa a preparar o enxoval de acordo com o sexo, ou seja, cor de rosa para as meninas e azul para os meninos. Este artigo (1998), explica que depois de nascer um bebê, a primeira coisa que se identifica é o sexo: “menina ou menino” e a partir desse momento a criança, começará a receber mensagens sobre o que a sociedade espera esta enquanto menina ou menino. Ou seja, por ter genitais femininos ou masculinos, as crianças são ensinadas pelo pai, mãe, família, escola, mídia, sociedade em geral, diferentes modos de pensar, de sentir, de agir (Cabral & Diaz, 1998: 2). As meninas são incentivadas a serem passivas, sensíveis, dependentes e todos os brinquedos e jogos infantis reforçam o seu papel de mãe, dona de casa, e conseqüentemente responsável por todas as tarefas relacionadas ao cuidado dos filhos e da casa. Pelo contrário, os meninos brincam em espaços abertos, na rua. Eles jogam à bola, brincam com carros, etc. Ou seja, desde pequenos os homens inconscientemente sabem que pertencem ao grupo que tem poder, são ensinados a serem fortes e independentes. Já adultos, as mulheres têm a imagem mais associada à família enquanto que os homens às carreiras. (Parker & Aggleton, 1999: 197).

No que diz respeito eixos da sexualidade e reprodução, estes encontram-se relacionados (Cabral & Diaz, 1998). Para a mulher o centro da sexualidade é a reprodução e não o prazer, isto é, a sexualidade reduzida ao órgão genital apresenta-se para as mulheres como vergonhoso e proibido. Cabral e Diaz (1998) afirmam que os homens, ao contrário das mulheres, são preparados para viver o prazer da sexualidade através do seu corpo, já que socialmente a sexualidade no homem é sinal de masculinidade. Pelo fato biológico que a mulher é quem engravida e dá de mamar, tem sido atribuído à mulher a totalidade do trabalho reprodutivo. Às mulheres, portanto, se atribui o dever de ficar em casa, cuidar dos filhos e realizar o trabalho doméstico. O eixo reprodutivo em certas sociedades, deixa as mulheres “donas de casas” com menos possibilidade de educação, menos acesso à informação e menos acesso à formação profissional (Cabral & Diaz, 1998: 2).

1.6. O empoderamento da mulher e o desenvolvimento no combate às desigualdades de género

Desde meados do século XX, um dos temas mais discutidos nos estudos de género é o empoderamento da mulher como forma de combater as desigualdades de género. Este tema foi levantado pelas feministas⁸ com inúmeras teorias para o desenvolvimento, o que levou à criação dos projetos WID (*Women in Development*) e GAD (*Gender and Development*) nos anos 70 (Jaquette, 2017). A ONU salienta que o mundo não está em vias de alcançar a igualdade de género até 2030 (PNUD, 2019: 148). Sendo um objetivo de elevada complexidade, a igualdade de género nunca deixa de ser compreendida como parte essencial do desenvolvimento humano equitativo e sustentável, conforme o padrão estipulado internacionalmente pela ONU (PNUD, 2019).

O empoderamento da mulher consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tal e apoiá-la nesse processo (Grubba & Messa, 2020). Visa desenvolver a dignidade e estabelecer o estatuto da cidadania ao intentar a emancipação para a compreensão contextual da realidade e, conseqüentemente, considerar os direitos e os deveres de todos, na construção contínua do espaço democrático e do desenvolvimento nacional e, em última escala, global (Grubba & Messa, 2020). No primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano- RDH publicado em 1990 já era abordado a importância da questão das disparidades de género. Em termos globais, as mulheres sofrem a discriminação mais generalizada nas dimensões da saúde, da educação, da habitação, do mercado laboral, bem como da participação na esfera política e cultural (PNUD, 1990: 110).

A desigualdade de género, como outras formas de diferenciação social, é um fenómeno estrutural com raízes complexas. Culturalmente, processa-se de maneira impercetível e disseminada (in)deliberadamente por certas instituições sociais como escola, família, sistema de saúde e igreja (Grassi, 2003: 283-285). Deste modo é imprescindível a prevenção, a erradicação e punição de todas as formas de violência contra mulheres e meninas em instituições de ensino público e privado.

Apesar de hoje as mulheres em geral estarem mais alfabetizadas em todo o mundo, as disparidades de género permanecem entre as formas mais persistentes de desigualdade (PNUD,

⁸ Algumas recomendações de leitura de autoras feministas como: Simone de Beauvoir, Angela Davis, Chimamanda Ngozi Adichi, Judith Butler e Joan Scott.

2019). Afirma-se que a discriminação contra mulheres começa cedo: nos países em desenvolvimento, as meninas morrem mais do que meninos, indicando discriminações socioculturais contra mulheres, especialmente no que se refere à saúde das meninas e à saúde reprodutiva das mães (PNUD, 1990: 31). No que diz respeito à educação das crianças, não há nada no costume ou na lei que exija que as raparigas recebam menos educação do que os rapazes. Mas se as mulheres enfrentam baixas perspectivas de emprego em relação aos homens no mercado de trabalho, é compreensível que os pais invistam mais recursos na saúde e educação dos seus filhos do que das suas filhas, particularmente entre as famílias mais pobres (Kabeer, 2012: 16). Segundo o RDH (2019), as regiões com um maior rendimento apresentam uma disparidade menor ao nível do trabalho não remunerado de prestação de cuidados. As regiões com as discrepâncias mais vincadas são os Estados Árabes, a Ásia do Sul, a África Subsariana e a América Latina e Caraíbas, as mesmas que apresentam as maiores disparidades quanto à participação das mulheres na população ativa (PNUD, 2019: 161). De acordo com o Secretário-Geral da ONU, António Guterres (2019), sobre os progressos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁹, aproximadamente “90 países as mulheres contribuem diariamente três vezes mais horas do que os homens para cuidados não remunerados e trabalho doméstico”. O que limita o seu tempo para a educação, trabalho remunerado, lazer, assim reforça os preconceitos e desvantagens socioeconómicos de género. As mulheres são mais propensas a estar na pobreza mesmo quando trabalham (Duflo, 2012: 1056-1075).

O impacto das crises financeiras de 1997 e 2008 confirmaram a importância do tempo para as mulheres como mecanismo de ajustamento à crise (Kabeer, 2015: 199). Devido à pressão financeira, a maioria das mulheres mudaram-se para várias formas de trabalho remunerado, dedicando longas horas de trabalho a baixos salários, geralmente na economia informal, deixando muitas vezes as crianças pequenas ao cuidado de irmãos mais velhos (Kabeer, 2015: 199-200). De acordo com Kabeer (2015) as pressões financeiras que enfrentaram para alimentar os seus filhos levaram muitas a aceitar trabalhos de baixa qualificação e exigência física como limpeza, lavandaria e trabalho sexual.

⁹ ODS sucedem aos Objetivos do Milénio (ODM), alargando os desafios que devem ser abordados para erradicar a pobreza e abarcar um vasto leque de tópicos interrelacionados, nas dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas é constituída por 17 ODS e foi aprovada em setembro de 2015 por 193 membros. Fonte <https://www.ods.pt/>

É possível que o desenvolvimento económico possa levar o empoderamento das mulheres nomeadamente em aspetos que consistam em conquistas para desanuviar o seu tempo tais como o acesso a água canalizada e saneamento, eletricidade, frigoríficos, máquinas de lavar, creches. O seu tempo, pode ser utilizado para atividades de mercado ou para outras coisas (Kabeer, 2012: 30). O empoderamento feminino e o desenvolvimento económico estão estreitamente relacionados (Duflo, 2012). Duflo (2012) afirma que por um lado, o desenvolvimento por si só pode desempenhar um papel importante na redução da desigualdade entre homens e mulheres, uma vez que as dificuldades económicas familiares são normalmente resolvidas a custo do bem-estar da mulher, diminuindo mais o consumo e investimento em educação e saúde destas. No outro lado, o empoderamento das mulheres pode beneficiar o desenvolvimento, pela sua atividade empreendedora de cariz social e humanitário, pelo seu contributo produtivo e pela sua educação, com impactos na saúde delas e das crianças (Duflo, 2012: 1065). A economista ainda adianta que, empiricamente, existe uma forte interdependência entre os dois termos, pois o empoderamento é tanto um processo de desenvolvimento como o resultado do empoderamento da mulher.

Segundo a análise de Duflo (2012), os problemas como a pobreza e a falta de oportunidades geram mais desigualdade entre homens e mulheres, de modo que quando o desenvolvimento económico reduz a pobreza, a condição das mulheres melhora em dois aspetos: a pobreza é reduzida, a qualidade de vida melhora, incluindo das mulheres, isto é, e a desigualdade de género diminui à medida que a pobreza diminui (Duflo, 2012: 1053). Deste modo a condição das mulheres melhora mais do que a dos homens com o desenvolvimento. Com a sua pesquisa, Duflo conclui que o desenvolvimento económico por si só não será provavelmente suficiente para trazer a igualdade entre mulheres e homens num futuro previsível, e serão necessárias políticas para acelerar este processo (Duflo, 2012: 1063).

O artigo de Soharwardi e Ahmad (2020), demonstra-se que existem níveis diferentes de empoderamento ao comparar mulheres de áreas urbanas e rurais. As mulheres que residem em áreas urbanas são mais empoderadas nas dimensões da autoestima, da consciência, da tomada de decisões e da autoconfiança do que as mulheres residentes da área rural. No entanto, as mulheres têm menos poder sobre o ambiente de trabalho nas cidades, tendem a negociar menos que homens durante as fases de contratação e promoção, e estão menos dispostas a competir (Soharwardi & Ahmad, 2020: 962).

É importante salientar o poder e independência, ou seja, o empoderamento que tem trazido para as mulheres a saída do lar para o mercado de trabalho, tem por outro lado significado um desgaste e impacto na sua saúde tanto física como mental, incluindo o sentimento de culpa por não conseguir realizar bem todas as tarefas de casa ou pelo “descuido” dos filhos (Cabral & Diaz, 1998: 2).

Os pontos principais destacados no capítulo I, nomeadamente mercado informal, economia social e solidária e empoderamento feminino, encontram-se seguidamente resumidos.

➤ **Mercado Informal**

Este conceito é muito complexo de analisar pela falta de transparências de dados. Engloba o conjunto de atividades económicas realizadas à margem da economia regulada, sem o conhecimento e o reconhecimento do governo. As pessoas e as empresas que participam da economia informal normalmente atuam em pequena escala, como a de vendedores de rua por exemplo. Não existem estatísticas oficiais sobre a economia informal, pelo que a sua dimensão é apenas estimada ou prevista pelos economistas.

As pessoas que ingressam na economia informal não o fazem por opção própria. Ocorre devido uma série de fatores como a falta de oportunidades na economia formal, a falta de escolarização, êxodo rural, exclusão social e a ausência de outros meios de subsistência. As mulheres, os migrantes e outros grupos vulneráveis de trabalhadores encontram-se desproporcionalmente representados na informalidade.

As principais razões pelas quais os indivíduos preferem manter o seu negócio no setor informal são: preços diferenciados que podem atrair o consumidor para o produto informal; fiscalização fraca por parte do governo; não pagamento de impostos, custos trabalhistas e regulatórios; flexibilidade da localização e horário de comercialização; autonomia para criar; rendimentos rápidos e imediatos; os altos custos com a cobrança de impostos; burocracia no ato de formalizar; altos custos com a abertura do negócio; falta de conhecimento do processo de formalização; falta de conhecimento para administrar um negócio formal.

Em contrapartida foram encontradas as seguintes vantagens: acesso ao crédito formal; segurança para divulgar a empresa no mercado; não correr o risco de apreensão da mercadoria; ampliar as formas de pagamento aos fornecedores e aos clientes; cumprir com os encargos tributários; participar de associações/sindicatos; cumprir cargos tributários.

Muitos autores e órgãos organizacionais expressam que é urgente construir um sistema de proteção mais simples e que seja coerente com a complexidade crescente do mercado de trabalho. Neste contexto, a OIT preparou em 2015 um relatório com uma estratégia global para formalizar muitas atividades informais: Recomendação da OIT (nº 204) sobre a “Transição da Economia Informal para a Formal”. Trata-se da primeira norma internacional do trabalho especificamente orientada para a economia informal. A nova Recomendação fornece estratégias e orientações práticas sobre as políticas e medidas que podem facilitar a transição da economia informal para a formal com vista à criação de emprego digno e de empresas sustentáveis.

➤ **Economia Social e Solidária**

A solidariedade, a sustentabilidade e a coletividade, (princípios da economia solidária e economia social) podem ajudar a melhorar a condição dos mais desfavorecidos, na incapacidade do sistema formal.

O microcrédito é um financiamento alternativo, uma oportunidade para a população que não tem um acesso fácil ao crédito formal devido aos custos de transação bastante elevados que os bancos enfrentam ao emprestar em pequenas escalas; assimetrias de informação; dificuldade em conseguir pagar os custos totais do processo de empréstimo; dificuldades em criar poupanças para continuar com a sua atividade; dificuldade em prestar garantias que criem pressão no mutuário para pagar o empréstimo.

➤ **Empoderamento Feminino**

Gênero verifica-se como um sistema normativo que define as bases do papel da mulher e que tem determinado a sua posição na sociedade ao longo da história humana, tendo como raiz de uma consequência biológica, a capacidade de gerar filhos. A partir disto, se estabelece um dos mais importantes mecanismos de controle e poder, o controle da reprodução, que não podendo ser desvinculada da mulher, determina “esse seu lugar social”.

Mundialmente, apesar do crescente aumento no desenvolvimento humano, bem como da diminuição da pobreza e da maior longevidade e alfabetização das pessoas, conforme o que foi descrito através relatórios e dos artigos, ainda existe uma grande discrepância no que se refere à igualdade de género.

Duflo e Kaberem defendem que o empoderamento da mulher deve ser um grande aliado ao desenvolvimento e vice-versa, argumentam que as inter-relações são provavelmente demasiado fracas para serem autossustentáveis, e que pode ser necessário um compromisso político contínuo com a mulheres para seu próprio bem, a fim de se conseguir a igualdade entre homens

e mulheres. O desenvolvimento pode ser um grande parceiro do empoderamento feminino, principalmente nos países menos desenvolvidos ao libertar “o tempo da mulher” contra os cuidados domésticos “trabalho não remunerado” da seguinte forma: saneamento; água canalizada; máquinas de lavar, creches e infantários. O desenvolvimento melhora tanto as condições de saúde e alimentação das mulheres, como dos seus filhos.

CAPÍTULO II

2. Estudo de caso: A importância das Rabidantes para o desenvolvimento de Cabo Verde

Os escassos recursos naturais de Cabo Verde, levam a maioria dos analistas a valorizar os recursos humanos. O ser humano neste país torna-se, portanto, o fator de desenvolvimento a privilegiar...” Marzia Grassi, (2003: 162).

2.1. Contextualização geopolítica e histórica de Cabo Verde

O desenvolvimento económico e social é influenciado por determinantes geográficas, políticas e históricas, pelo que se justifica uma abordagem a estes fatores para dar a conhecer a realidade cabo-verdiana, cujas características se enquadram na definição de Pequenos Estados Insulares (PEI). Os PEI foram reconhecidos pela primeira vez como um grupo distinto de países em desenvolvimento na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992. São Estados soberanos localizados em ilhas, podendo formar arquipélagos. Embora não exista uma definição clara, admite-se que são Estados que têm uma população inferior a 1,5 milhões de habitantes. A insularidade é um conceito que vai para além de estudos geográficos, noções como “periferia”, “isolamento” e “provincianismo” também são abordados noutras áreas. Está associada a características como “a pequena dimensão, o forte sentimento de identidade local ou insular e o caráter periférico” (Meneses, Ribeiro & Cristóvão, 2012: 3).

A República de Cabo-Verde, é um país insular de origem vulcânica, que está situado no oceano atlântico, no extremo ocidental africano, mais especificamente na zona sub-saheliana, com um clima árido e semiárido, com uma temperatura média anual de 25° constante o ano todo. As estações são denominadas por: "*as-águas*" e "*as-secas*" ou "tempo das brisas". Estas condições climáticas, com recursos minerais muito limitados, fizeram com que muitos cabo-verdianos deixassem o país rumo ao estrangeiro com vista melhores condições de vida, estabelecendo assim, desde muito cedo, relações com o estrangeiro (Åkesson, 2010: 143). Com uma população estimada em 555 988 habitantes (2020),¹⁰ trata-se de um arquipélago de reduzida dimensão territorial (4033 km)¹¹, distribuído por 8 ilhéus e 10 ilhas vulcânicas com particularidades próprias: Ilha de Santiago; Ilha do Sal; Ilha de Santo Antão; Ilha de São Vicente; Ilha de Boavista; Ilha do Fogo; Ilha da Brava; Ilha de Maio; Ilha de São Nicolau; Ilha Santa Luzia (desabitada).

¹⁰ Fonte Banco Mundial - <https://data.worldbank.org/country/CV>

¹¹ Fonte Portal CPLP- <https://www.cplp.org/id-2976.aspx>

Do ponto de vista administrativo, a Cidade da Praia é a capital do arquipélago. Com a independência (1975), a capital teve um crescimento muito rápido tanto no quadro demográfico como na extensão do seu território, acolhendo atualmente cerca de 27% da população residente em Cabo Verde (UN-HABITAT, 2013: 9).

O meio ambiente tem um efeito no comportamento de um cidadão e de uma sociedade, como é o caso do povo cabo-verdiano. Visto as condições naturais não serem favoráveis, o arquipélago teve de orientar a sua economia para o sector terciário e para a diáspora aonde vive a grande parte da sua população (Oliveira, 2010: 14). No que diz respeito à história de Cabo Verde, este arquipélago foi uma colónia portuguesa, descoberto no século XV, mais exatamente em 1460, sendo que ilhas Santiago e Fogo foram as primeiras a serem povoadas. Na Ribeira de Santiago (mais conhecida como Cidade Velha)¹² estabeleceu-se um ponto de escala para os navios portugueses e para o tráfico e comércio de escravos, que constituía a principal atividade económica. Com a abolição do comércio escravagista em 1876¹³, o interesse económico do arquipélago para metrópole decaiu drasticamente, apenas ganhando a relevância a partir da segunda metade do século XX. Em 1958, jovens patriotas estudantes da Guiné Bissau e de Cabo Verde, tais como Amílcar Cabral, Aristides Pereira e Luís Cabral, entre outros, fundaram o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). Este surge sob influência do movimento libertador pan-africanista¹⁴ que ganhava força depois da Segunda Guerra Mundial (Bussotti and Mutzenberg, 2016). Em 1974, a Revolução dos Cravos pôs fim ao regime ditatorial em Portugal e abriu caminho ao início de negociações com o PAIGC com vista à independência. A 19 de dezembro de 1974 foi assinado um acordo entre o PAIGC e Portugal, instaurando um governo de transição em Cabo Verde. A 5 de julho de 1975 proclamou-se a independência do país. A primeira constituição cabo-verdiana previa a futura unificação com a Guiné-Bissau, mas um golpe de estado ocorrido nesse país em 1980 terminou com os planos de união política entre os dois países africanos.

¹² Concelho da ilha de Santiago.

¹³ Fonte Portal CPLP <https://www.cplp.org/id-2976.aspx>

¹⁴ O Pan-africanismo é um movimento social/doutrina que nasceu nos finais do século XIX com o objetivo inicial de unificar e autonomizar o povo africano contra o imperialismo europeu. Muito relevante entre as elites e a diáspora africana ao longo das lutas pela independência no século XX.

Desde da sua independência, o país não sofreu um único golpe de estado¹⁵. O regime da República assenta na vontade popular e tem como objetivo fundamental a realização da democracia económica, política, social e cultural e a construção de uma sociedade livre, justas e solidária. Do ponto de vista político¹⁶, Cabo Verde tem um regime semipresidencial, com eleições consideradas justas e livres e imparciais e os partidos alterando regularmente. O Presidente da República ocupa um lugar de destaque, dispondo de poderes independentes dos outros órgãos de soberania e com capacidade de interferir na governabilidade do país. O Presidente é o chefe de Estado, eleito por voto popular para um mandato de 5 anos, e o Primeiro-Ministro é o chefe de Governo e propõe outros ministros e secretários de estado.

2.2. Desenvolvimento e crescimento económico do arquipélago

Cabo Verde, entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), é o que apresenta melhores resultados em termos macroeconómicos, e com os índices mais satisfatório no que diz respeito ao desenvolvimento humano (médio)¹⁷. É apontado, no contexto africano, como um bom exemplo de alargamento e generalização do acesso à educação e do alcance de outras metas definidas pela ONU.

No ano da independência o PIB per capita era inferior a USD 300, sendo que no início do milénio já registava um valor de superior a 1200USD. Entre 2000 e 2005 o crescimento económico foi estável, registando um crescimento médio do PIB de 5,7% e 6,4% (2005) e 6,1%. Durante esse período a qualidade de vida melhorou bastante, reunindo condições para que o país fosse elevado à categoria de País de Desenvolvimento Médio (Oliveira, 2010: 15).

Os fatores geográficos e ambientais já referidos acerca de arquipélago, nomeadamente a escassez de água e os longos períodos de seca e as irregularidades, (e atualmente com a pandemia) fazem com que a economia do arquipélago seja direcionada para os serviços, turismo, comércio, transportes, e administração pública. A análise, feita em 2020 pelo Banco Mundial (BM), aponta para uma grande dependência do país depende no setor de turismo. Setor esse que representa 25% do PIB e movimenta quase 40% de toda a atividade económica. O

¹⁵ Fonte Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/bernardo-pires-de-lima/os-atributos-de-cabo-verde-1776440.html>

¹⁶ Fonte: <https://www.dw.com/pt-002/democracia-em-cabo-verde/t-55688881>

¹⁷ Fonte: <http://www.redesparaodesenvolvimento.org/index.php?pagina=70>

sector dos serviços contraiu 19% enquanto a produção industrial diminuiu 2%, como efeito da pandemia de Sars-Cov-2. A organização ainda relata que o setor hoteleiro e o da restauração sofreu uma contração de 71%, enquanto o dos transportes e das comunicações caiu 33%. A crise pandémica reverteu o progresso na redução da pobreza atingido desde 2015¹⁸. As remessas dos emigrantes têm um impacto muito positivo¹⁹ para a economia nacional, ao representar 11,3% do produto interno bruto de Cabo Verde. A diáspora cabo-verdiana apresenta-se em grande número em relação à população local (segundo as pesquisas o número sobe para um milhão), pois existe sempre um familiar cabo-verdiano residente no estrangeiro. As regiões de eleição são essencialmente: a América do Norte (Estados Unidos) e a Europa (Portugal, Holanda, França, Luxemburgo, Reino Unido, Itália e Espanha). O país conta ainda com investimentos de empresas estrangeiras e ajuda externa por parte de cooperação internacional. Segundo o artigo publicado pelo Jornal Público (2015) a emigração é um fator preocupante para o país, sendo que a diáspora duplicou o número da população local²⁰. Este fenómeno reflete a necessidade contínua de procura de melhores condições de vida e perspetivas de futuro, encontradas no exterior.

Além do desperdício de capital humano, o impacto da fuga de cérebros no desenvolvimento da economia leva também um maior risco de crime, prostituição e drogas (ONU Mulheres, 2018). É importante mencionar que, apesar das remessas contribuírem de forma significativa para a estabilidade do rendimento e do bem-estar nos países em desenvolvimento, não são suficientes para o desaparecimento de problemas sociais como: a pobreza, a corrupção, a insegurança, a burocracia e as infraestruturas deficientes. No entanto, é evidente que as famílias, que vivem nos países pobres e pequenos, estão de facto, dependentes das remessas enviadas (Cardoso, 2015: 119).

A trajetória de crescimento económico significou a progressiva diminuição da taxa de desemprego, que atualmente está em cerca de 14,5%. Os últimos anos em Cabo Verde foram também de consolidação de alguns direitos laborais. No início de 2014 foi criado o salário mínimo, com um valor aproximado de 110 US\$ e, dois anos depois, o Governo estipulou

¹⁸ Fonte BM <https://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview#1>

¹⁹ Fonte Jornal Económico (2020) - <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/remessas-dos-emigrantes-de-cabo-verde-valem-113-do-pib-677650>

²⁰Artigo Jornal Público (2015) <https://www.publico.pt/2015/07/05/mundo/noticia/o-pais-que-tem-mais-gente-fora-do-que-dentro-1700904>

também a existência de um subsídio de desemprego. Os resultados destas reformas até então tem dado frutos com um aumento no investimento externo e uma melhor projeção do país no plano internacional²¹. O mercado de trabalho encontra-se segregado em função do género, com os homens empregados principalmente no ramo militar, na agricultura e em trabalhos manuais, e as mulheres em vendas e serviços (ONU Mulheres, 2018).

De acordo com as estatísticas disponíveis publicadas pelo INE, Cabo Verde terá tido, em 2020, o seu pior desempenho económico enquanto país soberano. O Produto Interno Bruto [PIB] em volume decresceu 14,8%, o défice da balança corrente aumentou de 0,4 para 16,5% do PIB, o `stock` de reservas internacionais líquidas do país reduziu cerca de 80 milhões de euros e o défice e a dívida pública inverteram a tendência de queda e fixaram-se, respetivamente, em 9 e 156% do PIB em finais de 2020²².

De acordo com o ultimo relatório de INE Cabo Verde, acerca da evolução da pobreza, estima-se que, em 2015, cerca 179.909 (32%) das pessoas eram pobres, ou seja, viviam em cerca de 32.738 agregados familiares, cujas despesas médias anuais per capita, no agregado, eram inferiores ao limiar da pobreza, fixado em 95.461 CVE (262 escudos diários) , no meio urbano, e 81.710 CVE (224 escudos diários), no meio rural. Destes, 54.395 (10% do total) pessoas viviam em extrema pobreza e distribuídos em cerca de 8.976 agregados muito pobres, com despesas médias anuais per capita abaixo de 49.699 CVE (136 escudos diários), no meio urbano, ou de 49 205 CVE (135 escudos diários), no meio rural (INE, 2018: 71-73).

Ainda de acordo com mesmo relatório, cerca de 52,9% dos pobres são mulheres e 53,6% que vivem na extrema pobreza também são mulheres²³. Esta constatação tende a ser ainda mais desfavorável às mulheres, no meio rural, com exceção dos Concelhos de Paúl (ilha de Santo Antão), Tarrafal de São Nicolau (ilha de São Nicolau), Boavista (ilha de Boavista), São Lourenço dos Órgãos (Ilha Santiago), Mosteiros (ilha de Fogo) e Santa Catarina do Fogo (ilha do Fogo), onde mais de metade dos pobres são do sexo masculino (INE, 2018: 74).

O acesso à educação, particularmente o acesso ao ensino básico, é universal, obrigatório e gratuito em Cabo Verde. Esse investimento na educação é uma das formas de garantir o

²¹ Fonte: Portal do Ministério das Finanças de Cabo Verde com a seguinte notícia “África Subsariana: Cabo Verde continua a liderar ranking de Cluster de Governança Pública” <https://www.mf.gov.cv/-/%C3%81frica-subsariana-cabo-verde-continua-a-liderar-ranking-de-cluster-de-governan%C3%A7a-p%C3%BAblica>

²² Em linha com a realidade mundial, de alguma instabilidade, levando a que este indicador acabasse por se fixar atualmente nos 3,064.3 US\$ (2020)

desenvolvimento e a plena participação na sociedade. O acesso à escola garante, para além da preparação da criança e do jovem adulto para a vida e para uma eventual entrada no mundo do trabalho, a educação para uma cidadania em pleno (INE, 2018: 100).

O sistema educativo cabo-verdiano abrange o ensino básico, de seis anos, e o secundário, também de seis anos e três ciclos. As infraestruturas escolares para o ensino básico abrangem todo o território nacional. Segundo a investigação conduzida pela ONU-HABITAT (2013) a rede escolar garante que todas as localidades tenham uma sala de aula a menos de meia hora de caminho. Nos centros urbanos as crianças têm sempre uma sala de aula a menos de 15 minutos de caminho (UN-HABITAT, 2013: 26). O ensino secundário garante uma cobertura nacional em todas as ilhas, uma vez que existe pelo menos um estabelecimento de ensino secundário por município. O ensino superior está mais centralizado, havendo, em 2010, dez instituições de Ensino Superior. Conforme os dados da ONU Mulheres (2018), a alfabetização de adultos é de 85% para as mulheres e de 93% para os homens, com uma discrepância de género maior nas áreas rurais onde a taxa de alfabetização é de apenas 74% para as mulheres, em comparação com 87% dos homens. Entre aqueles com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, existe paridade de género, mesmo nas áreas rurais, e a taxa de alfabetização é de 98% na globalidade (ONU Mulheres, 2018: 17).

2.3. O mercado informal crioulo

Apesar das conquistas sociais que já foram mencionadas, Cabo Verde continua ainda com alguma dificuldade em fazer face ao desemprego, em especial entre os jovens e as mulheres, com ou sem formação. Este fenómeno decorre de um contexto de poucos resultados de crescimento económico e baixa criação de empregos produtivos, o que leva a um alto nível de desemprego, subemprego, emprego informal e pobreza (Silva, 2020: 114).

Em 2020, 51,6% dos empregos são informais, segundos os dados fornecidos pelo INE. Estes, na sua maioria, são trabalhadores por conta própria (46,6%) no sector informal ou trabalhadores por conta de outrem no sector privado, que não beneficiam de proteção social, ou seja, não estão inscritos no INPS²⁴ bem beneficiam de férias anuais pagas e dias de repouso por motivos de doença pagos. Face a 2019, regista-se uma diminuição de 14 615 empregos

²⁴ O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), criado em 1991. Tem a missão garantir, de forma ativa, a proteção dos indivíduos contra os riscos que determinam a perda ou redução da sua capacidade para o trabalho, proporcionando aos mesmos rendimentos substitutivos quando afetados por esses riscos sociais. Fonte portal - <https://inps.cv/>

informais (INE, 2020: 2). Esta redução face ao ano anterior é muito derivado às consequências pandemia Sars-Cov-2.

Os principais afetados pela pandemia, são os trabalhadores informais. Neste sentido, o estado cabo-verdiano tem estado a reunir esforços juntamente com a OIT e outras organizações locais na formalização dos negócios. Por esse motivo criou-se o “Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal à Formal 2020-2023”. Este projeto recente com vista à aceleração pretende-se alcançar os seguintes objetivos gerais: a) integração da economia informal no sistema económico formal do país; b) a organização e a densificação do tecido empresarial; c) o aumento do rendimento e da produtividade; d) a criação de emprego decente, a melhoria do mercado do trabalho e a promoção da sã concorrência; e) o crescimento económico inclusivo e o aumento das receitas fiscais; e f) a melhoria da eficácia e do impacto na transmissão das medidas de política económica, fiscal e monetária (Ministério das Finanças, 2020: 8).

No próximo ano (2022) será implementado estratégias para alcançar os objetivos, através de dois projetos-piloto, nos Concelhos da Praia e Santa Catarina, ilha de Santiago. E a abrangência deste programa multissetorial contempla: a) todo o comércio informal, ou seja, os Rabidantes das feiras e mercados, tanto fixos quanto ambulantes; b) as unidades de produção de grogue, de pesca artesanal, pedreiros, carpinteiros, canalizadores, pintores, eletricitas, artesãos e outros da construção civil exercendo a título independente, os lavadores de carro, os artistas exercendo a título independente, salões de cabeleireiro, barbearias informais, unidades de transporte terrestre de aluguer não constituídas em empresas, guias turísticos exercendo a título independente, trabalhadores das atividades artísticas, desportivas e recreativas exercendo a título independente (República Cabo Verde, Ministério das Finanças, 2020: 10).

2.4. A mulher cabo-verdiana

O nível de desenvolvimento de Cabo Verde ainda favorece a persistência de condições discriminatórias na sociedade, especialmente em relação à mulher. Embora após a independência do país se tenha assistido a uma mudança continua e positiva nesse domínio, com implementação de leis, acordos e estruturas como o sistema educativo para a consciencialização da população em relação à igualdade de género (Semedo, 2017: 16). No âmbito da participação na vida institucional e comunitária, em especial na política, prevalece um domínio absoluto do sexo masculino, a mulher tem baixa representatividade, e ainda são relegadas para as funções domésticas (Silva, 2017: 20).

Cabo Verde foi um dos países que se comprometeu com o projeto “Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres” (CEDAW), desenvolvido pela ONU com o objetivo de promover a igualdade e a equidade de género (1979). Um dos artigos realça a importância da eliminação das discriminações contra as mulheres na política. Também assumiu em 2000 o compromisso dos Objetivos para o Desenvolvimento do Milénio (ODM), aceitando até 2015 completar 8 desafios propostos nos ODM, no qual o objetivo 3 deste compromisso assenta na promoção da igualdade do género e da emancipação das mulheres (Silva, 2017: 18). Em 2019 o governo aprovou a lei da Paridade²⁵ desenhado pela ONU Mulheres, assinando um memorando para garantir às mulheres a acessibilidade aos direitos e oportunidades, em parceria com o Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género, ICIEG, e a Rede de Mulheres Parlamentares em Cabo Verde com o apoio da PNUD.

Estas mudanças sociopolíticas pretendem levar a uma maior participação da mulher na sociedade e na política, resultando numa maior capacidade de fazer escolhas e tomar decisões coerentes à realidade do povo. A Organização Das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) comenta que a baixa representatividade das mulheres está associada à persistência das condições de desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, como evidencia a tendência de excluir as mulheres do topo das listas e dos lugares de decisão, mesmo com a entrada das jovens formadas no mercado de trabalho. A representante refere que “não é somente um problema do contexto político, é estrutural e faz parte da vida económica, social, profissional e de todos os níveis de poder”. Para complementar ainda relata que a mulher cabo-verdiana «é batalhadora» porque enfrenta vários problemas como a escassez de recursos naturais, e acessos limitados ao mercado formal e falta de oportunidades. Por fim, acentua que a mulher cabo-verdiana «não tem uma vida facilitada».

A OMCV adiante que apesar de algum avanço, as mulheres cabo-verdianas ainda continuam a ser mais inativas que os homens, e quando ativas, a inserção no mercado de trabalho é menos favorável. A maioria se encontra no emprego doméstico, saúde, comércio, educação, alojamento e restauração, continuando a existir atos discriminatórios e a permanência de estereótipos de género. Os trabalhadores domésticos, classe composta maioritariamente por mulheres, possui um conjunto de direitos consagrados no ordenamento jurídico cabo-verdiano ainda por efetivar, nomeadamente a fraca inscrição no sistema nacional de segurança social, e

²⁵ O Projeto de Lei da Paridade ART 24^a (23.05.2019).

a não inclusão da classe no fundo de desemprego (República de Cabo Verde, 2019: 7). Para a OMCV, é igualmente necessária a regulamentação do trabalho doméstico, sendo que já existe uma proposta de lei neste sentido, mas até então não foi aprovada.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, 58% das mulheres encontram-se em idade ativa (trabalho formal ou informal) e as restantes 42 % das mulheres em idade ativa não estão à procura de trabalho ou a trabalhar (ONU Mulheres, 2018: 15). Esta realidade tem gerado preocupações políticas quanto à igualdade de género e quanto ao crescimento económico. No entanto, quando os dados são desagregados por grupo etário, observa-se que a maioria das mulheres não-ativas se encontram no maior grupo populacional, idades compreendidas entre os 15-19 anos, e que provavelmente ainda estarão a frequentar a escola.

Para a ONU Mulheres, as diferenças entre o núcleo feminino no meio rural e urbano, no que diz respeito à pobreza e ao desenvolvimento social, são significativas, especialmente para a área rural que merecem maior atenção. De acordo com o relatório realizado pelos investigadores da ONU, “36 % das mulheres vivem em áreas rurais, onde a pobreza é maior. O solo é infértil para o cultivo de alimentos nessas áreas e muitas delas estão sem eletrificação ou água canalizada, pelo que o tempo necessário às tarefas domésticas e de cuidados familiares é maior, o que reduz o tempo disponível para atividades que produzam rendimentos, bem como reduz o retorno dessas tarefas” (ONU Mulheres, 2018: 12). Existe uma grande percentagem de mulheres no setor informal, conseqüentemente não são contempladas pelo regime contributivo da segurança social (República de Cabo Verde, 2019: 7).

O trabalho não-remunerado (tarefas domésticas e cuidar da necessidade de terceiros) não conta como uma atividade económica nos estudos sobre o mercado de trabalho nem é incorporado nos cálculos do produto interno bruto (PIB), mas tem um enorme valor económico sem o qual a economia entraria em colapso. Em Cabo Verde as mulheres gastam 62 horas por semana em trabalho de cuidados não-remunerados enquanto os homens gastam apenas 38 horas (ONU Mulheres, 2018: 16). De acordo com o relatório da ONU Mulheres (2018) o subemprego é um problema adicional que afeta desproporcionalmente as mulheres caracterizado por trabalharem menos que 40 horas, mas dispostas a trabalharem mais horas. Aproximadamente 30,1% da população total é afetada pelo subemprego dentre desta, 33,9% são mulheres. Em relação as mulheres em áreas rurais, a taxa de subemprego é de 48,2% (ONU Mulheres, 2018: 19). O quadro 2, mostra, as principais causas que mantêm a maioria das mulheres cabo-verdianas na pobreza e na baixa produtividade segundo o relatório da ONU Mulheres.

Quadro 2.1. Perfil de género de Cabo Verde.

Tempo	O ónus das responsabilidades básicas domésticas e de cuidados com os dependentes, e a falta de acesso à água, saneamento e transporte são os fatores principais que limitam o tempo que as mulheres têm para o trabalho produtivo.
Terra	A falta de titularidade formal para a propriedade de terra limita o acesso ao crédito e a capacidade de construir ativos.
Financiamento	A falta de acesso a fundos inibe o crescimento e a produtividade dos esforços empresariais; a procura por microcrédito é maior do que a oferta disponível e os custos dos empréstimos comerciais são demasiado elevados.
Conhecimento	A falta de conhecimento sobre as opções de atividades produtivas estáveis e rentáveis, e a falta de serviços contínuos e de estruturas de suporte para desenvolver capacidades e aumentar a produção e o acesso aos mercados

Fonte: Dados obtidos do relatório da ONU Mulheres (2018: 27).

Para esta organização (ONU Mulheres), uma estatística que merece uma investigação mais aprofundada é o nível de desemprego entre as mulheres com formação. As mulheres com educação no nível secundário ou superior têm taxas de desemprego mais elevadas do que as mulheres com apenas escolaridade primária, possivelmente indicando discriminação baseada em género no mercado de trabalho qualificado e/ou a exploração de género, remetendo as mulheres em trabalhos de baixa renda. Esta condição de mercado poderá ter um impacto negativo sobre os incentivos para que os pais mantenham as suas filhas na escola, e poderá também aumentar a pressão para que as mulheres com educação superior possam emigrar em busca de empregos mais apropriados e estáveis, resultando assim num fenómeno “fuga de cérebros” recorrente do país (ONU Mulheres, 2018: 19).

Ainda a respeito à matéria de educação, as entrevistas conduzidas pela ONU Mulheres (2018) indicaram que em muitas escolas, quer as professoras que os professores continuam a

transmitir às crianças os estereótipos antigos de género de áreas académicas e de empregos apropriados para as raparigas, em comparação com os rapazes.

Com base no progresso significativo alcançado no país no que diz respeito à extensão da educação das raparigas e dos rapazes, o desafio agora é melhorar a qualidade da educação e das expectativas transmitidas pelos professores e pelos currículos escolares quanto aos papéis dos géneros. A ONU Mulheres acrescenta: “De especial importância é a necessidade de se tornar a escolaridade relevante para o mercado de trabalho e para o crescimento económico futuro do país, e para integrar as mulheres como professoras e gestoras em todo o sistema educativo” (ONU Mulheres, 2018: 17).

2.5. A luta em prol da igualdade de género: organizações e OMCV

Além dos órgãos políticos de poder local, as gestões das localidades precisam do contributo das organizações não governamentais (ONG) para o desenvolvimento. Geralmente, essas organizações da sociedade civil trabalham em parceria com o Governo Central e as autarquias locais. As ONGs oferecem oportunidades e alternativas aos habitantes, afastando-os da criminalidade, da pobreza e da exclusão social. Muitas vezes desempenham o papel da família, do Estado e das Igrejas, o que facilita o desenvolvimento social e comunitário, pois reduz o isolamento das mães solteiras pobres e ajudam a conectar as comunidades locais com o resto da sociedade.

A promoção da igualdade do género constitui uma preocupação política em Cabo Verde, tanto no espaço rural como urbano. Para lutar contra este problema existe o auxílio de várias ONGs que trabalham no domínio da promoção da condição da mulher, com destaque para a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), a Associação Cabo-Verdiana de Autopromoção da Mulher (MORABI) e o Instituto Cabo-Verdiano Para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) que são as mais ativas e conhecidas de abrangência nacional. Desenvolvem atividades para a formação das mulheres, dão apoio às famílias carenciadas, ajudam no planeamento familiar, incentivam e apoiam as consultas médicas e os financiamentos de atividades geradoras de rendimento através de microcréditos. Também defendem os direitos patrimoniais das mulheres e as formas previstas por lei para os fazer valer.

O presente estudo teve a colaboração da organização feminina OMCV. Esta organização foi criada em 27 de março de 1981, sendo que na altura pertencia ao Estado cabo-verdiano (época que precedeu a abertura política externa em Cabo-Verde). A escolha da OMCV advém do facto de esta ser a primeira instituição existente no arquipélago, centrada nos interesses das

mulheres. Deste modo, através da visão e dos valores que assentam no bem-estar social, económico e cultural da mulher e da sociedade no seu todo, a OMCV é uma peça fundamental para tratar dos assuntos relacionados à temática de género em Cabo Verde.

2.6. O que se entende por “Rabidante”

Para o estudo de caso presente, são indispensáveis a compreensão sobre atores desta investigação, as Rabidantes, integrantes no setor do mercado informal cabo-verdiano. Por haver um certo estigma em volta deste termo, é importante alertar o leitor que as designações empresário, empreendedor e/ou comerciante significam o mesmo que rabidante, e são usados normalmente em vez do termo rabidante por razões de estigma social. Uma rabidante não deixa de ser uma comerciante, logo, uma empresária (Silva, 2020: 112).

No que diz respeito à definição da palavra, é uma terminologia crioula popular sem um significado concreto. Este ramo é caracterizado por ser um negócio muito instável, confuso e problemático. O lema desta arte é movimentar, explorar e negociar (Silva, 2020). Também significa trabalhar com o que existe, que normalmente é pouco. Em suma, rabidar significa “desenrascar”.

O mercado informal cabo-verdiano é desordenado e confuso, à semelhança da informalidade no geral. Consideram-se como “informais” as atividades económicas que não pagam impostos. No entanto, “a linha entre os setores “formal” e “informal” são ambíguas, na medida em que há grandes empresas “formais” que fogem das suas obrigações fiscais, enquanto muitos vendedores – Rabidantes – “informais” pagam diariamente taxas aos agentes municipais” (Tatiana Silva, 2012: 17).

O comércio é caracterizado como uma atividade que movimenta diferentes produtos, com uma finalidade lucrativa. Tem como objetivo principal a compra e revenda de mercadorias, em busca de mais-valia. É, portanto, “o conjunto de atividades necessárias para tornar um produto disponível aos consumidores (Lima, 2017: 23). A prática da rabidância é a mesma que do comércio, que agrupa uma diversidade de atividades, diferindo com os produtos comercializados, dos locais de compra e venda dos artigos e do poder movimentação económica. As mulheres que desenvolvem o negócio transatlântico, espontaneamente deslocam-se de um lado para o outro, para obter produtos estrangeiros e regressam ao país para a venda no mercado local²⁶ (Grassi, 2003: 187-269). Essas mulheres efetuam o pagamento de

²⁶ Ver mercado de Sucupira e Assomada (Cidade da Praia)

taxas, que incidem sobre os produtos adquiridos, junto aos países com os quais comercializam, assim como pagam taxas alfandegária ao desembarcarem em Cabo Verde (Grassi, 2003: 226). Considera-se que as essas rabidantes estão num nível hierárquico superior àquelas que comercializam os produtos nos círculos locais, dada a toda circunstância (Silva, 2012: 19). De acordo Grassi comprar produtos fora do continente africano, e depois revender nos mercados locais permite um melhor desempenho em termos económicos (Grassi, 2003: 226).

Embora as Rabidantes consigam adquirir uma remuneração significativa, chegando inclusive a contribuir mais do que os companheiros para o sustento do lar, isso não tem impedido que elas continuem a desempenhar a maioria das atividades domésticas. A possível independência económica não conseguiu reverter as assimetrias de género, que insistem em reforçar os papéis socialmente aceites para homens e mulheres. Frente a essas permanências, o que tem ocorrido é uma sobreposição de tarefas a serem desenvolvidas, exigindo destas a mesma dedicação ao lar e a família, reforçando a sua submissão (Grassi, 2003: 248-250).

O Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) elaborou uma análise de género a partir dos resultados do Inquérito ao Sector Informal (2015), para informar a Estratégia Nacional de Transição da Economia Informal à Formal (2017–2020), este relatório concluiu que as mulheres, a maioria no sector informal, têm níveis de escolaridade básicos. Sendo consideradas como o sector menos rentável do sector informal, são sobretudo auto empregadas e, quando são assalariadas, ganham em média 71,5% do salário médio dos homens. De acordo com ICIEG, o sector privado cabo-verdiano compõe-se sobretudo de microempresas, que representam 76% do total das empresas existentes no país (República de Cabo Verde, 2017: 27). O inquérito Perfil das Mulheres Empresárias da ilha de Santiago, realizado pela Associação de Mulheres Empresárias de Santiago (AMES) mostra que estas são maioritariamente responsáveis por empresas de pequena dimensão, o comércio é a atividade em mais de 3 em cada 4 dos casos (77%), empregam em média 2 trabalhadores, e 9 em cada 10 empresas são de âmbito local (República de Cabo Verde, 2017: 27). Para a abertura da empresa, os fundos próprios são a principal fonte de recursos (70%) e apenas 1/3 das mulheres recorreu a financiamento (60% a microcrédito e 37% a um banco), para aquisição de matérias-primas/mercadorias /equipamentos. O inquérito permitiu constituir uma base de dados das empresas lideradas por mulheres (República de Cabo Verde, 2017: 27).

2.7. Famílias chefiadas por mulheres e a questão da monoparentalidade

No contexto de luta contra a pobreza cabo-verdiana, a formação das mulheres chefes de famílias monoparentais é prioritária, sobretudo nos domínios de promoção e gestão de pequenos negócios e atividades geradoras de rendimento. Atividades como artesanato e pequenas indústrias agroalimentares podem ser muito uteis para as mulheres. A OMCV possui bastante experiência nesse assunto. E muito tem sido feito para melhorar o acesso das mulheres à educação, mas ainda há necessidade de se fortalecer os programas de alfabetização de adultos, especialmente para mulheres em zonas rurais.

Em Cabo Verde, tem havido sempre uma grande proporção de famílias monoparentais chefiadas por mulheres devido a fatores como historial da escravatura e da colonização na estrutura das famílias, a persistência de atitudes e de cultura patriarcais, e as elevadas taxas de emigração masculina em busca de emprego no estrangeiro (Grassi, 2001: 20). As famílias chefiadas por mulheres estão agora a tornar-se na maioria dos agregados familiares em Cabo Verde: 48% dos agregados eram chefiados por mulheres em 2015, em comparação com 40% em 2000 (ONU Mulheres, 2018: 13). O estudo demonstrado pela equipa de investigadores da ONU (2018), a pobreza entre as famílias chefiadas por mulheres é mais elevada comparada com as famílias chefiadas pelos homens.

De acordo com os resultados do IMC²⁷ (2019), alinhados com a projeção demográfica no período 2010-2030, a população residente em Cabo Verde é estimada em 549.699 habitantes distribuídos por 158.431 agregados familiares, cuja dimensão média é de 3,5 pessoa (INE, 2019: 12). A figura 1, ilustra a taxa de agregado familiar por sexo. Demonstra que 50,7% agregados familiares são representados por homens. Tem-se verificado que as mulheres cada vez mais se assumem como representantes dos agregados familiares.

²⁷ A Implementação do Inquérito Multiobjectivo Contínuo (IMC), inquérito integrado, junto às famílias, insere-se no âmbito das atividades realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)

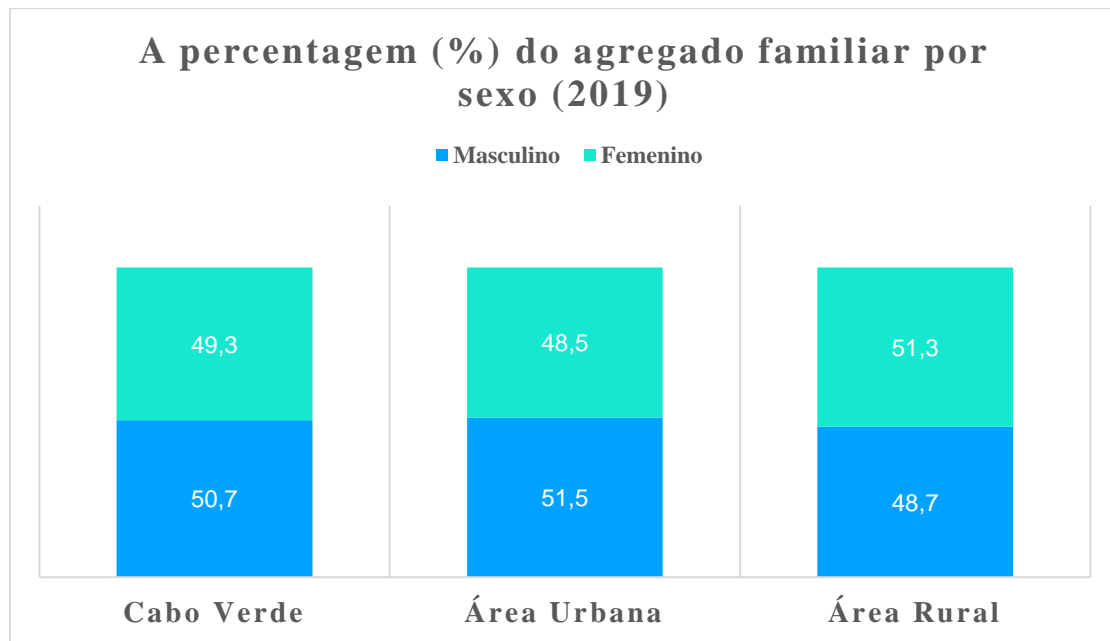


Figura 1. Distribuição percentual dos agregados familiares segundo o sexo por meio de residência. Cabo Verde, 2019. **Fonte:** INE Cabo Verde.

Ressalva-se que, enquanto os agregados representados pelos homens são maioritariamente do tipo conjugal, os representados pelas mulheres são maioritariamente do tipo monoparental²⁸ nuclear (14,4%) e monoparental compósito (13,7%)²⁹ (INE, 2019: 16). A nível nacional, os homens lideram como representantes dos agregados familiares, com 51,7% dos agregados familiares representados por estes, mas da análise por meio de residência constata-se que no meio rural 50,4% dos agregados são representados por mulheres, contra 47,4% no meio urbano.

Esta situação pode ser facilmente explicada pelo êxodo rural e pelas migrações internacionais, tendo em atenção que os homens têm mais facilidade de emprego nos centros urbanos, nomeadamente na construção civil, bem como mais facilmente emigram para o exterior. Tradicionalmente a migração cabo-verdiana seguia uma lógica tradicional, começando pelo género masculino, numa primeira fase composta por homens jovens, com idade ativa para prestar serviços, mas, rapidamente, em virtude do reagrupamento familiar, se feminiza, com as chegadas das mulheres cabo-verdianas formando assim comunidades mistas (Teixeira, 2014: 39).

²⁸ Monoparental nuclear significa mãe ou pai com os filhos. Monoparental compósito é para além do pai ou mãe com os filhos, isto é, fazem parte outras pessoas com outro tipo de relação de parentesco (netos, sobrinhos, etc.).

²⁹ Dados IMC e INE (2019).

Para os investigadores da ONU (2013), os homens têm maior facilidade de acesso ao solo urbano para a construção, embora não exista nenhuma restrição legal para o acesso das mulheres. Por esta via, a construção de casa é quase sempre da iniciativa dos homens (UN-HABITAT, 2013:34). As mulheres chefes de famílias monoparentais têm mais dificuldades no acesso à habitação própria porque são mais afetadas pelo desemprego e pela pobreza. Segundo os dados divulgados pelo INE no ano de 2020, a taxa de desemprego era de 14,5%, sendo que do total 14,3 % recaía sobre as mulheres enquanto que 14,8% sobre os homens. Comparativamente ao ano de 2019 a taxa de desemprego foi 11,3%, sendo 10,7% dos homens e 12,1% referentes às mulheres (INE, 2020: 13).

2.7.1. Relação familiar entre o homem e mulher

Na perspectiva da OMCV a monoparentalidade tal como poligamia, são questões estruturais da sociedade cabo-verdiana. É caracterizada na maioria das vezes pelo abandono do homem, pelas relações distantes entre pais e filhos e pela falta de responsabilidade parental. Eles não contribuem regularmente com dinheiro ou bens e têm uma relação distante com os seus filhos, existindo relutância em aderir a valores associados a um ideal de relação afetivo-conjugal (Lobo & Miguel, 2020: 197).

Segundo o estudo antropológico de Lobo e Miguel (2020), as relações entre o homem e a mulher cabo-verdiana, desde o primeiro momento, são marcadas pela ameaça real de que o companheiro também esteja saindo com uma, ou mais mulheres simultaneamente. Esta expectativa é foco de tensões e conflitos, sendo vivida com ansiedade por parte das mulheres. Ter mais de uma namorada ou parceira sexual é percebido como uma característica da “natureza do homem”, algo inerente ao seu ser, um símbolo de masculinidade. Este pensamento é partilhado tanto por homens quanto por mulheres (Lobo & Miguel, 2020: 198). Portanto, trata-se de algo esperado, mas não necessariamente aceite pelas mulheres (Grassi, 2003: 248). Nas perspectivas de diversas mulheres cabo-verdianas, segundo a pesquisa de Grassi (2001 e 2003) e Lobo e Miguel (2020) do homem cabo-verdiano não se pode esperar muita “coisa”.

Tal como expresso no discurso de muitas mulheres, a noção de “bom companheiro” parece opor-se a de “homem cabo-verdiano”. A maioria das mulheres buscam por um tipo ideal que estaria no polo oposto: que ajuda em casa, se envolve com os cuidados com os filhos, é carinhoso, romântico, não se envolve com outras mulheres e contribui financeiramente. No outro está o homem cabo-verdiano, “que não presta”, nunca está em casa, não dá atenção ou suporte emocional e financeiro aos filhos e mãe-de-filho, tem outras mulheres e é “bruto”, ou seja, não é romântico (Lobo and Miguel, 2020: 198).

Quando perguntadas sobre a razão de manterem uma situação de conflitos, elas apontam razões de ordem emocional, afetiva e a importância estratégica do homem para a vida social de uma mulher. Tendo em vista o patriarcado, é um cenário que assombra muitas sociedades vulneráveis “Fica evidente que a necessidade da presença do homem em casa, a existência de filhos e a pressão familiar, que vem especialmente de familiares próximos, como a mãe, podem ser apontadas como razões para que o casal entre num ciclo de conflitos e reconciliações” (Lobo & Miguel, 2020: 199).

Em conversa com a OMCV, a representante explica que outra situação comum é o caso de abandono dos homens, que ocorre muito devido à migração. *“Com o desemprego, os homens preferem trabalhar para o estrangeiro, em busca de melhores condições económicas. E passado algum tempo, depois de se estabilizarem no local escolhido, deixam de enviar remessas e não mantêm contacto com a família local.... É um processo que leva as mulheres a sustentar a casa e a garantir a educação dos filhos”* relata a representante.

A representante completa ao dizer que é uma situação complexa. Porque socioeconomicamente a mulher com filhos, sem a participação e a intervenção do homem nas responsabilidades familiares, vê-se obrigada a procurar vários empregos, ao mesmo que mantém ordem em casa. Esta cenário também cria um impacto negativo na relação afetiva mãe-filho. Na maioria das vezes, a mãe encontra-se ocupada com várias tarefas simultaneamente, e os cuidados dos filhos ficam a cargo dos avós, irmãos mais velhos, tios, vizinhos etc. E gera-se distanciamento afetivo à medida que os filhos crescem. É muito comum na sociedade cabo-verdiana, os filhos por vezes não tratarem os progenitores por “pais”, mas sim outras figuras que estiveram presentes constantemente na sua criação.

2.8. OMCV –Programa Microcrédito

Os incentivos ao empreendedorismo, através de projetos e ações de organizações não governamentais, e com foco nos assuntos de género, considera-se uma via muito relevante para o financiamento que algumas das Rabidantes têm recorrido como forma de iniciar e dinamizar as suas atividades (Silva, 2020: 116). Em conversa com a OMCV, foi explicado o projeto de microcrédito. A representante relatou que o início do projeto remonta a data de 1995, através da atribuição de malas térmicas às peixeiras. Esta conceção teve como objetivo base o compromisso com o desenvolvimento económico e social das pessoas de baixo rendimento e apoiar as iniciativas de atividades, era necessário a conceção de um meio que permitisse às mulheres se autopromoverem. O Programa Micro-Finanças da OMCV foi implementado no ano 2000, com a missão da promoção socioeconómica das mulheres cabo-verdianas e das suas famílias. Ajuda na inserção da mulher rabidante na sociedade civil e combater a exclusão social através dos seus serviços, tendo em consideração a realidade patriarcal, as dificuldades económicas, a falta de emprego e às desigualdades de género que estão presentes na sociedade. É uma forma «de empoderar a mulher!» diz a representante da OMCV.

Além do crédito e investimento, também são oferecidos serviços de aconselhamento e apoio para a criação de microempresas e inserção de produtos no mercado. Uma das questões

debatidas, foi sobre os principais conquistas do programa. Ao qual a resposta foi a «libertação» das mulheres mães solteiras. Ou seja, é a autonomia e empoderamento socioeconómico conquistados pela mulher. Nas últimas décadas as ações desenvolvidas pela instituição têm focado primeiramente na educação, formação e capacitação feminina como forma de possibilitar a concessão de microcréditos que possam garantir rendimentos e *self-improvement*. Ainda acrescenta que «é uma forma de proporcionar confiança, autoestima e voz à mulher».

O público-alvo deste programa são maioritariamente mulheres chefes de famílias. Estas apresentam geralmente um rendimento mensal inferior ao rendimento mínimo nacional estipulado pela lei, existindo inclusivamente casos que se encontram em situação de desemprego ou que possuem pequenos empreendimentos. De acordo com o testemunho da OMCV o financiamento a partir do microcrédito destina-se a financiar atividades comerciais e de prestação de serviços, bem como atividades de pecuária, agricultura, agronegócio, artesanato, entre outras. Não obstante a diversidade de atividades desenvolvidas, a atividade mais comum é a comercial, com grande destaque para o comércio informal. A representante recorda que o programa de microcrédito contribui muito para a criação de emprego, e normalmente com cada financiamento cria-se uma média de dois a três postos de trabalho. Estes empregos dinamizam e movimentam as comunidades locais. Devido à colocação da mulher na sociedade e as estruturas socioculturais que já foram aqui discutidos, emprestar dinheiro à mulher empresária, segundo OMCV, é um avanço na questão do desenvolvimento, na emancipação da mulher e na supressão da pobreza.

2.9. A importância das mulheres empresárias do mercado informal para o desenvolvimento

Tendo-se em ponderação que o setor informal ocupa um lugar de grande importância económica em todo o continente africano³⁰ ao gerar emprego para a população carenciada que não têm possibilidades de inserção no mercado formal (Guedes & Amaro, 2014: 177). Em contrapartida, acabam por socorrer-se à informalidade como uma das únicas fontes de rendimento e sobrevivência. E para reforçar o que já foi dito anteriormente, acerta deste setor, a mulher africana nessas regiões vulneráveis ocupam uma grande percentagem deste setor da economia (Karkare et al., 2021: 1). Algumas mulheres montam pequenos negócios com sucesso

³⁰Dados FMI (2019): <https://www.imf.org/en/News/Articles/2019/10/30/the-global-informal-economy-large-but-on-the-decline>.

no qual conseguem construir as suas habitações sem qualquer restrição e algumas até criam negócios paralelos de comércio e arrendamento de casas (UN-HABITAT, 2013: 34).

Com a aprovação do governo, em 2014, do Regime Especial das Micro e Pequenas Empresas (Lei n.º 70/VII/2014, de 26 de agosto) foi introduzido um quadro tributário e contributivo direcionado às Unidades de Produção Informal, favorável à promoção da sua competitividade, produtividade e formalização do país (República de Cabo Verde, 2017: 26)³¹. Ao qual oferece: a isenção da publicação de qualquer ato societário, diminuindo o valor da constituição da empresa e demais atos; a não obrigatoriedade de manutenção da contabilidade organizada, diminuindo os custos com a contratação de um contabilista; um modelo simplificado para efeitos de pagamento de impostos e que diminui consideravelmente o valor dos impostos a serem pagos com a introdução do Tributo Especial Unificado (4% sob o volume de negócios), que substitui o Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o IVA (que no regime normal é de 15% do valor da fatura), o Imposto de Incêndio e a contribuição para a segurança social relativamente à entidade patronal (no regime normal e atualmente é de 16,5% do valor do vencimento de cada trabalhador).

Com estas leis e medidas de proteção e incentivo da formalização destas atividades, «a rabidante começa a ser vista como empresária que merece proteção e segurança» comenta a representante da OMCV. «O comércio informal não é um problema para o país, é uma necessidade para muitas famílias pobres» afirma a informante que defende a formalização desta atividade. A partir do valor gerado pela comercialização de produtos adquiridos em diversos países, as empresárias informais cabo-verdianas conseguem garantir a escolarização dos filhos em idade escolar, empregar membros familiares que se encontram desempregados, fornecer alimentação no seio familiar, e assim contribuir para a atenuação da pobreza generalizada das comunidades que o próprio Estado negligencia, e consequentemente promover o desenvolvimento (Grassi, 2003: 261-266).

2.10. Perspetivas e Testemunhos de quem pratica a Rabidância

Para completar investigação, seria iníquo não se agregar o testemunho de uma empresária informal cabo-verdiana. A informante caracteriza-se por uma mulher nos seus 50 anos, com 4 filhos, casada e emigrada em Portugal há mais de 20 anos. É um caso excepcional com

³¹ O relatório corresponde ao IXº Relatório periódico do Estado de Cabo Verde ao Comité da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), cobrindo um período de 4 anos, de junho de 2013 a julho de 2017.

características peculiares, mas encaixa-se na atividade da Rabidância, apesar de nunca ter não recorrido ao sistema de micro-finanças.³² Devido às limitações de saúde, não se encontra empregada num trabalho formal. Para melhorar a situação financeira da família (que se encontra tanto Portugal como em Cabo Verde) a comerciante desloca-se anualmente (duas ou três vezes) ao arquipélago para venda de vestuário, brinquedos e outros produtos em segunda mão nos mercados locais da cidade da Praia.

A informante encontra-se neste ramo por muitos anos diz *«eu não gosto de desperdiçar nada... Há muita roupa que as pessoas compram e não usam... Enquanto isso há pessoas em Cabo Verde que precisam, lá as coisas são mais caras. Por isso vendo a um preço acessível de acordo com a realidade do país e ganho dinheiro com isso»*. E ainda acrescenta, com um sorriso e às gargalhadas que *«com o dinheiro das vendas, consegui poupar e arranjar a minha casa em Cabo Verde. Assim quando ficar mais velhinha, posso voltar à minha terra para descansar e estar sossegada!»*.

A informante adquire muitos produtos em segunda mão, através de familiares, amigos e conhecidos *«ainda noutro dia a minha sobrinha que tem um filho de 9 anos, veio trazer-me brinquedos, e roupas que o filho não dá mais uso. Para quê deitar fora? se está tudo novo, e há crianças que não têm roupa para ir para escola, porque muitos pais não têm condições para pagar roupa da loja»*. Diz querer continuar com esta atividade, mas encontra-se preocupada com a situação atual (pandemia). Devido às restrições de deslocações entre Portugal e Cabo Verde, não lhe permite lucrar com o negócio.

A narrativa seguinte, ocorreu durante a entrevista com a informante da OMCV, conseguiu-se ouvir histórias de grandes sucessos de Rabidantes que conseguiram expandir e crescer o seu negócio. O exemplo que foi dado recai sobre uma senhora em específico que foi “obrigada” a sair da sua área de residência numa comunidade pobre e rural, em situação de violência doméstica, com 3 filhos, em busca de melhores condições na área urbana. Começou por vender comida de rua “grogue e pés de galinha”³³. Depois pediu um pequeno empréstimo à organização (OMCV) através do programa microcrédito. E à medida que o negócio foi aumentando, a senhora foi aperfeiçoando os produtos com outros pedidos de empréstimos mais elevados. Como resultado, hoje em dia tem uma loja própria (incluindo um restaurante bar) com 4 pisos

³² É importante salientar, que nem todas as Rabidantes seguem o mesmo perfil ou padrão socioeconómico. E muitas até não recorrem a empréstimos bancários, optando pelas poupanças ou empréstimos familiares.

³³Grogue- Bebida alcoólica tradicional de Cabo Verde, feito a partir da cana de açúcar. Pés de galinha, é um petisco tradicional de rua.

e empregados que trabalham para si e um rendimento mensal que equivalente a 2 mil euros. Com as condições do programa, conseguiu liquidar o valor dos empréstimos. E encontra-se com o negócio formalizado. Tal como relata representante da OMCV *“é um caso de grande sucesso, ao qual ainda mantemos contacto com a senhora. Não é um caso isolado. Há muitas pessoas também com histórias semelhantes...”*.

De acordo com a representante, este pequeno setor é problemático e tem imperfeições. Contudo, um devido acompanhamento e apoio do Estado cabo-verdiano pode significar uma transição para a formalidade do mercado. Segundo a OMCV, as empresárias que estão neste ramo não devem sentir a pressão para o processo da formalização. A representante diz que é a partir da formação e consciencialização que se pode trabalhar com objetivo de formalizar o negócio. É necessário impor a transparência dos resultados obtidos para ambas as partes *«As pessoas têm o direito de saber o porquê e a importância de pagar impostos. É importante haver este esclarecimento e ensinamento para que as pessoas também possam evitar o fisco»* insiste a representante. É necessário também um acompanhamento individual e personalizado de acordo com o tipo de negócio, para assim haver transição de mercados, concluiu a representante.

2.11. Projeto online: a modernização do negócio de rabidância face às dificuldades da pandemia

De acordo com a OMCV, o que algumas Rabidantes fazem é introduzir no mercado produtos que simbolizam um estilo de vida veiculado pelos meios de comunicação social e que consideram ser a perspetiva ocidental sobre «o que está na moda». As redes sociais de apoio às atividades dos Rabidantes capitalizam a grande importância simbólica atribuída, nestas sociedades, ao «efeito consumo» veiculado pelos media e que serve a necessidade de escoamento dos produtos produzidos noutros países. O consumismo cria carências de produtos que, quando não são produzidos localmente, têm de ser importados, seja de que forma for, o que explica o aumento das atividades informais nos países em desenvolvimento, mesmo havendo uma certa desconsideração e intolerância direcionado ao sector por parte do estado e do público, por este não ser “produtivo” (Grassi, 2004: 134).

Muitas empresárias que se encontram no mercado informal sofreram graves consequências devido à pandemia, visto que não tinham acesso à proteção social contributiva, sistema que fornece proteção contra o desemprego, doenças e outros aspetos, relata a OMCV. Com o alastramento da doença, vieram restrições tais como: o distanciamento social, restrições de

movimento, encerramento de mercados e fronteiras. Estas medidas tiveram um impacto sobre os negócios e a segurança económica, especialmente para os mais vulneráveis.

Em conversa com a organização OMCV acerca das dificuldades das Rabidantes face a esta situação, foi retirada a existência de um projeto recente com o apoio financeiro da Embaixada do Canadá intitulada como “Apoio às mulheres Empresárias com Formação e Marketing nas Redes Sociais em Cabo Verde”. Este projeto beneficia diretamente 25 mulheres das áreas periféricas da capital Cidade da Praia com objetivo de apoiar as mulheres empresárias do setor informal cuja as atividades económicas foram afetadas pelo COVID. Com a implementação deste projeto espera-se que as beneficiárias ganhem capacidade, suporte técnico e acompanhamento necessário para retomarem as suas atividades e aumentarem as suas vendas através do marketing digital. Tal como referiu a representante da OMCV, *“É um projeto inovador que ajuda as mulheres em situações difíceis, e que ensina conhecimentos básicos de design, marketing e programação. Ajudamos a empresária na criação, manutenção e divulgação do negócio personalizado online”*.

A organização está muito esperançosa com este projeto. É mais um passo para o empoderamento destas empresárias, uma vez que, a aprendizagem e a formação mostram-se fundamentais para complementar o conhecimento das Rabidantes. A representante explica que a maioria tem escolaridade baixa, usam métodos tradicionais e precários para comercializar. Não têm bases de gestão e marketing, o que dificulta o progresso do crescimento dos negócios. A representante finaliza ao dizer que a educação é o instrumento mais poderoso que existe e que esta formação ajudou as rabidante a adquirirem conhecimentos básicos que vão ser muito uteis para o dia-a-dia das próprias. Pouparam tempo e dinheiro em deslocações, têm maior alcance de público, é mais conveniente para os consumidores adquirirem certos produtos, têm flexibilidade de horários e custo inicial reduzido. E concluí que esta forma de modernizar o negócio é um avanço para o empoderamento destas empresárias.

3. Resultados do estudo de caso

3.1. O papel das Rabidantes para o desenvolvimento de Cabo Verde

Como se verificou com os dados da INE (2020) a taxa desemprego em Cabo Verde encontra-se nos 14,5%. A sua pequena dimensão de mercado e o fato de ser uma economia muito terceirizada faz com que hajam poucos postos de emprego para os cidadãos residentes, o que tem um impacto negativo sobre a população e o processo de desenvolvimento do país. E em especial as mulheres, uma vez que representa 50,4% da população. Este cenário tem condicionado extremamente a vida das famílias, em especial no meio rural, constituindo um dos grandes obstáculos ao regular desenvolvimento e sustentabilidade da família cabo-verdiana.

Através da análise do relatório do INE (2019), a nível nacional os homens lideram como representantes dos agregados familiares, com 51,7%. E por meio de residência constata-se que no meio rural 50,4% dos agregados são representados por mulheres, enquanto que estas no meio urbano representam 47,4%. Os agregados representados por mulheres estão em permanente desvantagem, relativamente aos homens. Esta situação é explicada pelas difíceis relações entre o homem e a mulher cabo-verdiano nas estruturas familiares. Foram apresentadas a poligamia, o abandono do homem, o desinteresse emocional na criação e educação dos filhos, a falta de apoio financeiro e ajuda nas tarefas domésticas por parte do homem como os principais fatores da monoparentalidade feminina. São problemas estruturais da sociedade cabo-verdiana, muito complexos na sua resolução. As mulheres chefes de família geralmente estão mais vulneráveis à pobreza. Esta suscetibilidade está relacionada com a falta de recursos monetários e de tempo. Um dos principais fatores alistados à pobreza está relacionado com a forma precária como o país oferece trabalhos reprodutivos, sejam eles remunerados e não remunerados. Ao mesmo tempo que faltam políticas públicas voltadas à essas atividades, obrigando as famílias, principalmente as mulheres, a arranjam espaços em sua rotina para desempenhar os serviços. Sendo que a solução/alternativa encontrada por muitas destas mulheres para sair da condição de pobreza, é o mercado informal ao desempenhar a função de Rabidante. Estes negócios informais muitas vezes são caracterizados como pequenas empresas relacionadas com a venda e/ou revenda de produtos de produtos locais e ou/estrangeiros de cuidados de beleza, vestuário, artesanato e alimentação.

Neste estudo, observou-se que as organizações femininas têm um papel muito importante no que toca aos problemas e transformações sociais de muitas rabidantes. A organização feminina cabo-verdiana (OMCV), trabalha para o bem-estar das mulheres e suas famílias, com a implementação de programas de microcrédito, no qual dispõem de projetos especificamente

destinados a pessoas com diferentes tipos de formação. O público-alvo destes programas são as mulheres mães solteiras com condições económicas desfavoráveis. E através destes programas, o objetivo passa por incentivar o recurso ao autoemprego, o que pode conduzir a diminuição do número de desempregados.

De acordo com o testemunho da OMCV e de uma rabidante, ficou nítido que o negócio informal, ao gerar rendimentos provoca empoderamento feminino e contribui para o desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana ao: diminuir a pobreza; diminuir a exclusão social; garantir a educação dos filhos e o bem-estar das famílias; gerar empregos para os familiares que se encontram desempregados; dinamizar as comunidades onde se encontram inseridas; promover a autoconfiança e autoestima das mulheres de uma sociedade patriarcal.

Conclusões

Cabo Verde sofre de vários constrangimentos com implicações no processo de desenvolvimento, tais como: a persistência de secas; a carência de recursos naturais básicos como o solo, a água, a biodiversidade, minerais estratégicos; dependência externa e elevados níveis de pobreza. Apesar das suas grandes limitações naturais e financeiras, Cabo Verde possui um índice de desenvolvimento médio, sendo um país aberto ao exterior. Tem uma diáspora muito participativa que contribui com as remessas para o bem-estar das famílias e receitas do estado. É uma sociedade jovem e muito aberta às inovações, com uma elevada busca de escolaridade e aprendizagens.

A análise dos estudos e fontes documentais e os testemunhos recolhidos permitem concluir que a mulher cabo-verdiana é a principal fonte de sustento das famílias desfavorecidas. No entanto, elas não têm necessariamente o devido reconhecimento pela sua contribuição para o desenvolvimento e orçamento do país. O objetivo do estudo de caso foi compreender a relevância que as Rabidantes e a sua atividade têm para a vida dos cabo-verdianos e sua importância no desenvolvimento em Cabo Verde.

Com este trabalho conclui-se que a problemática de género está inevitavelmente ligada ao mercado informal. As mulheres são consideradas como sendo as mais afetadas pela pobreza e, conseqüentemente, as mais suscetíveis a ingressar no mercado informal. Para compreender o seu impacto económico e social é preciso mensurar tudo aquilo que tem sido gerado pelo mercado informal, além de buscar compreender o dinamismo e carácter empreendedor de muitos dos agentes ali inseridos. O negócio do mercado informal pode ser uma forma de empoderamento da mulher, e tem a potencialidade de ajudar a quebrar certos estigmas sociais e preconceitos de género em relação a mulher africana, que muitas vezes é vista como não sendo inovadora, empreendedora, independente e criativa.

Com a pandemia, a transição de mercados tornou-se uma problemática importante e urgente, visto que os trabalhadores informais foram os mais afetados e encontram-se desprotegidos pelo sistema. Relativamente à formalização da *rabidância*, é necessário criar um processo participativo para definir políticas e programas para a transição do trabalho informal para o trabalho formal. Este deve assegurar que as necessidades e as expectativas das rabidantes são abordadas e que estas beneficiam economicamente dessa transição. Para tal, é pertinente estabelecer medidas para facilitar o acesso à educação e à formação profissional em várias áreas com orientação específica para as mulheres. Impõe-se igualmente acompanhar e aconselhar as mulheres de acordo com o perfil do negócio. Para além da transição de mercados, também é

necessário implementar estratégias de desenvolvimento rural, principalmente para mães solteiras, uma vez que o acesso destas às estruturas de saúde é deficiente. Por outro lado, estas empresárias, por trabalharem no sector informal, não beneficiam diretamente dos programas de segurança social e habitação adequada.

Relativamente às limitações do estudo de caso, pode-se dizer que ao investigar este tema encontrou-se uma problemática bem mais complexa do que se poderia imaginar inicialmente. Deparou-se com algumas dificuldades devida à pouca informação concisa e atual deste fenómeno. É um tema pouco explorado, com uma conotação negativa por ser do ramo informal, não existindo estudos cabo-verdianos que expliquem o funcionamento deste setor. Não foi possível mencionar aspetos relevantes à investigação pois não há dados estatísticos mais recentes relativamente ao índice de pobreza e educação em Cabo Verde, à percentagem de pessoas em risco de exclusão social. Relativamente ao programa do microcrédito ficou por apurar o número de pessoas abrangidas pelo programa de microcrédito da OMCV, assim como a percentagem de sexo em relação aos pedidos de microcrédito em Cabo Verde. Estas falhas mostraram-se como um obstáculo no que diz respeito à perceção do número de pessoas vulneráveis em Cabo Verde que recorrem ao microcrédito. Também não ficou determinado uma amostra de negócios informais que passaram pela formalização, assim como o tipo de dificuldades que as rabadantes se encontram ao formalizar o negócio e se inicialmente mostram interesse nesse assunto.

Por fim, no que diz respeito à contribuição deste trabalho empírico, espera-se que haja debates acerca do trabalho das rabadantes no mercado informal, assim como futuros estudos sobre as resoluções mais adequadas para transição de mercados. Este setor informal revela-se interessante pois traz benefícios para o desenvolvimento das comunidades locais e para própria sociedade cabo-verdiana. Atualmente vivemos num mundo marcado por vastas disparidades económicas, sociais e ecológicas, por esse motivo recomenda-se olhar para este assunto de forma pertinente. A “rabadância” não deve ser vista como “uma mancha” nas sociedades mais vulneráveis, mas sim como uma necessidade/oportunidade social que muitas famílias encontram para sair da pobreza.

Referências Bibliográficas

Åkesson, L. (2010). Cape Verdean Notions of Migrant Remittances. *Cadernos de Estudos Africanos*, (20), 139–159. URL: <https://doi.org/10.4000/cea.168>.

Almeida, P. (2013). *A Cooperativa enquanto espaço do Empreendedorismo Social: o caso específico da Cooperativa dos Pedreiros* (Dissertação de Mestrado), Instituto Politécnico do Porto, Porto. URL: <http://hdl.handle.net/10400.22/1843>.

Amaro, R. (2009). A Economia Solidária da Macaronésia. Um novo conceito Economia Solidária, Apresentação do conceito. *Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico Portugal*, n.d., 11-29. Disponível em acesa-atlantico.org/.

Bonnet, F. Vanek, J & Chen, M. 2019. Women and Men in the Informal Economy – A Statistical Brief. Manchester. *Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing* (WIEGO), 1-25, ISBN 978-92-95106-42-0. Disponível em [https://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/lang-en/index.htm).

Bussotti, L. & Mutzenberg, R. (2016). Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África. Considerações introdutórias. *Cadernos de Estudos Africanos*, (31), 7–14. URL: <https://doi.org/10.4000/cea.1996>.

Cardoso, M. (2015). Migrações e Estratégias de Desenvolvimento dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Estudos de caso: Cabo Verde e São Tomé. *Cadernos de Estudos Africanos*, (29), 103–128. URL: <https://doi.org/10.4000/cea.1804>.

Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania – CNDHC. (2019). *Contribuições da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) de Cabo Verde para o IXº Relatório Periódico da República de Cabo Verde ao Comité para a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW)*. 11(1), 1–14, ISBN 9788578110796. Praia, Cabo Verde.

Diaz, M. (1998). Relações de gênero. In: Secretaria Municipal De Educação De Belo Horizonte; Fundação Odebrecht. *Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar*. Belo Horizonte, Gráfica e Editora Rona Ltda, n.d., 142-150. Disponível em: http://adolescencia.org.br/upl/ckfinder/files/pdf/Relacoes_Genero.pdf.

Ducados, H. L. e Ferreira M. E. (1998). O financiamento informal e as estratégias de sobrevivência económica das mulheres em Angola: a Kixikila no município de Sambizanga (Luanda). *Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento*. Editora ISEG – Cesa, (Nº53), Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/1289>.

Duflo, E. (2012). Women empowerment and economic development. *Journal of Economic Literature*, 50 (4) 1051-79. URL: 10.1257/jel.50.4.1051.

Gaiger, L. I. (2009). Antecedentes e expressões atuais da economia solidária Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 81–99. URL: <https://doi.org/10.4000/rccs.401>.

Grassi, M. (2001). A Questão do Género no Sector Informal em Cabo Verde: um Estudo sobre as «Rabidantes» do Mercado «Sucupira» na Ilha de Santiago. *Africana Studia*, (4), 7-32, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: http://aleph.letras.up.pt/index.php/1_Africana_2/article/viewFile/7107/6527.

Grassi, Marzia (2003). *Rabidantes: comércio espontâneo transatlântico em Cabo Verde. Portugal*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais e Spleen Edições.

Grossi, M. P. (1998). Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, n.d., 1-18. Disponível em: http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf.

Grubba, L., & Messa, A. (2020). DESENVOLVIMENTO HUMANO E IGUALDADE DE GÊNERO. *Revista Em Tempo*, 19 (1). URL: <https://doi.org/10.26729/et.v19i1.3099>.

Guedes, J. & Roque Amaro, R. (2014). Economia informal e experiências de crédito solidário popular na África lusófona. *Revista de Economia Solidária*, n.d, 161-189, ISSN 1647-5968. Disponível em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/economia-informal-e-experiencias-de-credito-solidario-popular-na-africa-lusofona/21355>.

INE (2018). *Perfil da Pobreza em Cabo Verde. Evolução da Pobreza Monetária Absoluta: 2001/02, 2007 e 2015*. Praia: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.

INE (2019). *Estatísticas das famílias e condições de vida - Inquérito Multi-objectivo contínuo, 2019*. Praia: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 1-104. Disponível em: <https://ine.cv/en/quadros/estatisticas-das-familias-condicoes-vida-inquerito-multi-objectivo-contiuo-2019/>.

INE (2020). *Estatística do mercado de trabalho 2020, Cabo Verde*. Praia: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 1-33. Disponível em: <https://ine.cv/mercado-de-trabalho/>.

International Labour Office – ILO (2016). *Formalization of the informal economy: Follow-up to the resolution concerning efforts to facilitate the transition from the informal to the formal economy*. 325th Session (10), Geneva, 29 October–12 November 2015. Disponível em: https://www.ilo.org/gb/documents-in-german/WCMS_413231/lang--en/index.htm.

International Labour Office- ILO (2018). *Women and men in the informal economy: A statistical guide, International Labour Office. Annual Reports*. Disponível em: https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_626831/lang--en/index.htm.

Jaquette, J. S. (2017). Women/Gender and Development: the Growing Gap Between Theory and Practice. *Studies in Comparative International Development*, 52(2), 242-260. URL: <https://doi.org/10.1007/s12116-017-9248-8>.

Kabeer, N. (2012). Women's economic empowerment and inclusive growth: labour markets and enterprise development. *Discussion paper*, 44(0), 1–70. Disponível em: <https://www.soas.ac.uk/development/projects/towards-a-research-agenda/file76255.pdf>.

Kabeer, N. (2015). Gender, poverty, and inequality: a brief history of feminist contributions in the field of international development. *Gender & Development*, 23:2, 189-205. URL: <https://doi.org/10.1080/13552074.2015.1062300>.

Karkare, P. et al. (2021). A system, not an error: Informal cross-border trade in West Africa. *Discussion Paper* (300), 1-31, European Centre for Development Policy Management (ECDPM). Disponível em: <https://ecdpm.org/wp-content/uploads/System-Not-Error-Informal-Cross-Border-Trade-West-Africa-ECDPM-Discussion-Paper-300-2021.pdf>.

Laville, J (2001). Economia Solidária, A perspectiva Européia, *Soc. estado*, 16 (1-2), 57-99. URL: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100004>.

Laville, J. (2009). A economia solidária: Um movimento internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 7-47. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf.

Lima, E. J. D. E. (2017). *Comércio Informal: Um Estudo Sobre Possíveis Contribuições Na Economia E Na Renda Familiar* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Da Paraíba, João Pessoa.

Lobo, A. de S. & Miguel, F. P. V. (2020). “Homem é tudo igual!”: relações de gênero e economia dos afetos no arquipélago de Cabo Verde, África. *Anuário Antropológico*, 45(1), 192-212. URL: <https://doi.org/10.4000/aa.4963>.

Meneses, A. B., Ribeiro, F. B. e Cristóvão A. (2012). Estados insulares, agendas políticas e políticas públicas: Os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. *Revista de Ciências Sociais Configurações*, 10, 43-68. URL: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.1338>.

Namorado, R. (2017). O que é a economia social? *Economia Social em Textos*, 1, 1-17. Disponível em: <http://www.uc.pt/feuc/ceces/>.

Oliveira, B. (2010). *O Desenvolvimento De Cabo Verde: Abordagem Ao Mercado De Tradução* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior De Contabilidade E Administração Do Porto, Porto. URL: <http://hdl.handle.net/10400.22/144>.

ONU Mulheres (2018). *Cabo Verde: Perfil de Género do país*. Governo de Cabo Verde, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a ONU Mulheres, n.d., 1-40. Disponível em: <https://www.afdb.org/fr/documents/cabo-verde-perfil-de-genero-do-pais-janeiro-2018>.

Organização Internacional de Trabalho – OIT (2006). *A OIT e a Economia Informal*. Lisboa, 1ª Edição, 1-44. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_714564.pdf.

Organização Internacional de Trabalho (2016). *Recomendação 204: Recomendação relativa à transição da economia informal para a economia formal*. Genebra, 12 de junho de 2015. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/genericdocument/wcms_619831.pdf.

Parker, R. & Aggleton, P. (1999). *Culture, Society and Sexuality*. London and New York, 2nd Edition. Routledge. Disponível em: <https://chairoflogicphiloscult.files.wordpress.com/2013/02/culture-society-and-sexuality.pdf>.

Pastore, J. (2000). Como reduzir a informalidade? Mercado de trabalho, conjuntura e análise. *Opinioes de autores*, nd, 9-12. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5703/1/bmt_n.14_reduzir.pdf.

Pereira, D. (2019). *Sexualidade e Relações de Género*. Atena Editora, ISBN 9788572470476. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/01/E-book-Sexualidade-e-Rela%C3%A7%C3%B5es-de-G%C3%AAnero.pdf>.

Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento - PNUD (2019). Relatório do Desenvolvimento Humano. *Além do rendimento além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf.

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - UN-HABITAT (2013). *Perfil urbano nacional República de Cabo Verde.*, 3-49, ISBN 9789211320237. Disponível em: <https://uploads.habitat3.org/hb3/National-Report-Africa-Cabo-Verde-Portuguese.pdf>.

Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento NUD (1990). Relatório do Desenvolvimento Humano. *Definição e medição do desenvolvimento humano.*, 1-189. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>.

República de Cabo Verde (2014). *Boletim Oficial*. Assembleia Nacional, 1706 i série — no 51 «B O.» da República de Cabo Verde.

República de Cabo Verde (2017). *Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres*, IXº Relatório Periódico da República de Cabo Verde. Disponível em: <http://www.cndhc.org.cv/images/download/Relatorio-do-Estado--CEDAW-2017.pdf>.

República de Cabo Verde (2019). *Relatório Sombra para a Sessão 73 do Comité da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres relativamente ao IX Relatório Periódico de CABO VERDE*. Disponível em: http://www.cndhc.org.cv/images/download/Relatorio-das-ONGs--CEDAW_2019.pdf.

República de Cabo Verde, Ministério das Finanças (2020). *Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal à Formal 2020-2023 NOTA CONCEITUAL*. n.d., 1-35. Disponível em: https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2FFiles%2FFiler%2F1_CP_LP%2FCooperacao%2FWEBINARIO-Igualdade-Genero-jul-2020%2FCabo-Verde_TRANSICAO-ECON-INFORMAL-A-FORMAL-C_note_vf.pdf.

Rodrigues, D. (2016). *O Impacto Económico e Social do Microcrédito em Portugal, na perspetiva do Microempresário* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG), Lisboa. URL: <http://hdl.handle.net/10400.5/13572>.

Santos, D. (n.d). Avaliação da actividade económica e economia não registada - contribuição dos inquéritos às famílias para medir o sector informal. *Instituto Nacional de Estatística Portugal*. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=107287&att_display=n&att_download=y.

Scott, Joan (1995). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>.

Semedo Ramos, E. (2017). *A Formulação de Políticas Públicas para a Igualdade e Equidade de Género em Cabo Verde e as Orientações da NEPAD* (Dissertação de Mestrado) -ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Lisboa. URL: <http://hdl.handle.net/10400.5/14664>.

Silva, A. (2014). *Da Economia Social para a Economia Solidária*, Departamento de Economia Política (Dissertação de Mestrado). Escola de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa. URL: <http://hdl.handle.net/10071/11388>.

Silva, É. P. S. (2017). *Participação Política das Mulheres em Cabo Verde: Estudo de caso das eleições legislativas de 2016* (Dissertação de Mestrado). ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. URL: <http://hdl.handle.net/10071/15583>.

Silva, R. S., Fraga, A. L. da S., Santos, J. M. dos, Teixeira, D. M., & Gaspar, M. A. (2020). Formalidade ou informalidade: estudo de casos múltiplos dos microempreendedores individuais do município de são cristóvão (SE). *Revista De Empreendedorismo, Negócios E Inovação*, 4(2), 72 - 91. URL: <https://doi.org/10.36942/reni.v4i2.189>.

Silva, T. (2012) *A ARTE DE COMERCIAR: gênero, identidades e emancipação feminina no comércio transatlântico das rabidantes em Cabo Verde* (Tese de Doutorado) Universidade Federal da Bahia, Salvador. URL: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24068>.

Silva, T. (2020). A rabidância e o imbricamento entre comércio formal e informal: notas sobre uma tensão persistente. *Cadernos de África Contemporânea*, 03(6), 108-119, ISSN: 2595-5713. Disponível em <https://www.capoeirahumanidadeseletras.com.br/ojs-2.4.5/index.php/cac/article/view/316>.

Siqueira, J., Rocha J., Telles, R. (2016). Microempreendedorismo: Formalidade ou Informalidade? Análise sobre os fatores presentes na decisão do microempreendedor Brasileiro. *Revista Alcance*, 23(2), 189-213. URL: <https://doi.org/alcance.v23n2.p189-213>.

Soharwardi, M. A. & Ahmad, T. I. (2020). Dimensions and determinants of women empowerment in developing countries. *International Journal of Sustainable Development and Planning*, 15(6), 957–964. URL: <https://doi.org/10.18280/ijstdp.150620>.

Teixeira, L. (2014). *A Integração Das Mulheres Imigrantes Cabo-Verdianas No Mercado De Trabalho Em Portugal - Um Estudo Na Área De Lisboa* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP), Lisboa. URL: <http://hdl.handle.net/10400.5/12694>.

Tilly, L. A. (1994). Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, 0(3), 28–62. ISSN 1809-4449. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722/1706>.

Vicente, Z G. B. (2016). *Empreendedorismo social em Cabo Verde: O sistema de microcrédito em Empreendedorismo e Internacionalização* (Dissertação de Mestrado), Instituto Politécnico do Porto, Porto. URL: <http://hdl.handle.net/10400.22/9631>.

Yunus, M., Moingeon B., & Ortega L. (2010). Building social business models: lessons from the Grameen Experience. *Longue Range Planning*, 43, 308 – 325. URL: <https://doi.org/10.1016/j.lrp.2009.12.005>.

ANEXO

Guião de Entrevista

Organização das Mulheres de Cabo Verde - OMCV

Tema 1: A história da Organização

1ª Questão: Este ano marcou os 40 anos da organização. Como nasceu a organização e qual foi a inspiração para a sua criação?

2ª Questão: Qual a missão?

3ª Questão: Quais os objetivos?

4ª Questão: Quais foram as principais dificuldades para a criação da organização e quais são os novos desafios/entraves que enfrenta?

Tema 2: A mulher cabo-verdiana

5ª Questão: Como caracteriza a inserção da mulher na sociedade cabo-verdiana no passado e atualmente?

6ª Questão: Como caracteriza o papel das mulheres na família típica cabo-verdiana? 7ª Questão: Quais as principais diferenças na vida das mulheres em regiões rurais e em regiões urbanas? Quais os determinantes dessas diferenças?

8ª Questão: Considera culturalmente imbuído na sociedade cabo-verdiana a monoparentalidade e o abandono da família por parte do homem? Se sim, quais os fatores que levam a isso e qual o papel das organizações para inverter essa realidade?

9ª Questão: Quais os principais fatores distintivos entre o percurso do homem e o percurso da mulher na sociedade cabo-verdiana? Quais os determinantes dessas diferenças?

Tema 3: A mulher e o comércio informal

10ª Questão: Qual a sua perspectiva sobre o papel das Rabidantes na inserção e/ou exclusão da mulher?

11ª Questão: Como caracteriza o comércio informal ao longo do tempo, a sua importância para a economia das famílias e o seu impacto na sociedade?

12ª Questão: Acha importante a mulher inserir-se nos circuitos formais da economia? Porquê?

13ª Questão: Quais as alternativas ao comércio informal? Podem estas constituir avanços na emancipação da mulher cabo-verdiana e na sua integração em espaços formais da sociedade?

14ª Quais os obstáculos a essas alternativas?

Tema 4: O programa de Microcrédito

15ª Questão: Qual o nome do programa de Microcrédito e a data de lançamento?

16ª Questão: Qual o público-alvo deste programa?

17ª Questão: Qual a percentagem do público feminino em relação ao público masculino?

18ª Questão: Qual a situação económica que os beneficiários geralmente apresentam?

19ª Questão: Qual a situação profissional e o nível de escolaridade que apresentam?

20ª Questão: O financiamento cedido destina-se geralmente a financiar que tipo de atividades? Quais as áreas que ocorrem com maior frequência recurso a microcrédito?

21ª Questão: Com a agravante da pandemia, qual a percentagem de pedidos em relação ao ano anterior?

22ª Questão: Desde a criação do projeto quantas famílias/pessoas foram beneficiadas?

23ª Questão: Como analisa o impacto que o microcrédito tem na vida das famílias cabo-verdianas?

24ª Questão: Como avalia este projeto para a emancipação da mulher cabo-verdiana?